REVISTA DO **CREA-ES**

Tópicos

ANO IX - Nº **44**
JULHO/AGOSTO - 2008

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

Impresso Especial
9912199445/2008-DR/ES
CREA-ES
...CORREIOS...

REDE DE AVALIAÇÃO

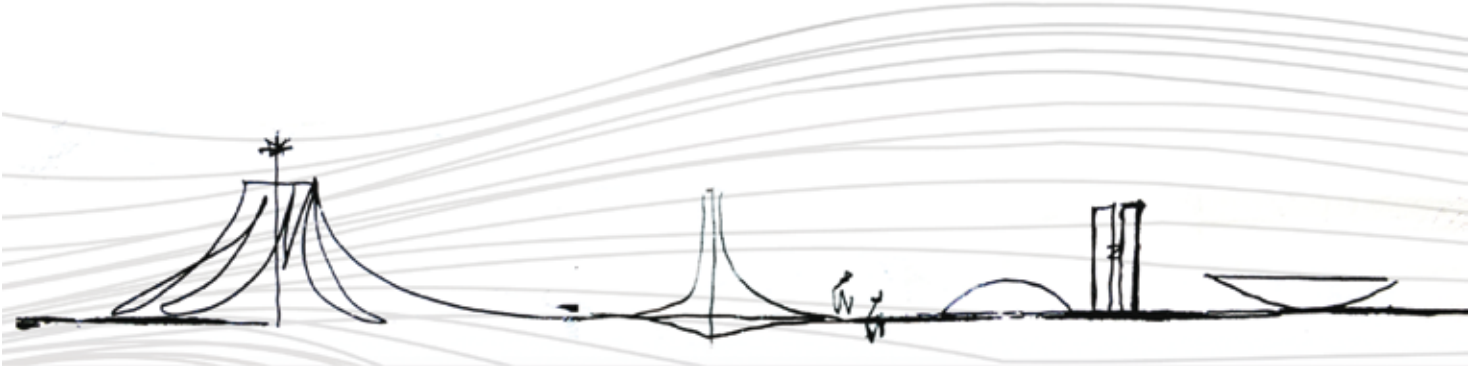
Prefeituras aprendem a projetar cidades mais humanizadas

WORLD ENGINEERS' CONVENTION
WEC 2008
BRASÍLIA - BRASIL

2 - 6 dezembro, 2008

"ENGENHARIA: INOVAÇÃO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL"

O Brasil foi escolhido para sediar a terceira edição da WEC - World Engineers' Convention, o maior evento da engenharia mundial. Um reconhecimento à importância da engenharia brasileira no cenário internacional. Pela primeira vez realizada no continente americano, espera-se que a WEC 2008 reúna mais de 5 mil profissionais e estudantes de todos os continentes. Participe de debates, fóruns, palestras, visitas técnicas, atividades culturais e intercâmbios, em Brasília, de 2 a 6 de dezembro de 2008!



REALIZAÇÃO:

CONFEA CREA A SERVIÇO DO BRASIL 75 ANOS

FEBRAE

WFEO/FMOI

APOIO:

GDF

UnB

BRASIL UM PAÍS DE TODOS

PARTICIPAÇÃO:

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Deutsche Messe Worldwide

CNI Indústria

CBIC

abipti

CREA-DF

MÚTUA

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA-ES

TecnoPrev

- Investimento previdenciário com rentabilidade superior a planos individuais
- Possibilidade de patrocínio do empregador
- Saldo de conta sempre garantido para o participante ou herdeiros
- Acompanhamento do fundo cumulativo através de extratos periódicos ou internet
- Custo de administração reduzido
- Formação de poupança individual administrada pelo Banco do Brasil
- Dedução do imposto de renda até o limite de 12% da rendo bruta anual
- Débito em conta bancária para correntistas do Banco do Brasil

Simulação de Plano de Previdência

Exemplo 1	
Dados Pessoais	
Idade atual	25
Idade aposentadoria	60
Contribuição mensal	R$ 100,00
Rentabilidade (% a.a)	12% a.a
Saldo	R$ 526.796,54
Valor estimado do benefício	
Por tempo indeterminado	R$ 3.753,84
Por 10 anos	R$ 7.372,37
Por 15 anos	R$ 6.116,04
Por 20 anos	R$ 5.576,79
Por 25 anos	R$ 5.311,08

Exemplo 2	
Dados Pessoais	
Idade atual	20
Idade aposentadoria	55
Contribuição mensal	R$ 50,00
Rentabilidade (% a.a)	12% a.a
Saldo	R$ 263.398,27
Valor estimado do benefício	
Por tempo indeterminado	R$ 1.728,34
Por 10 anos	R$ 3.686,18
Por 15 anos	R$ 3.058,02
Por 20 anos	R$ 2.788,40
Por 25 anos	R$ 2.655,54

Dados meramente informativos

Profissional

A MÚTUA/ES está em novo endereço para atendê-lo melhor.

Avenida Nossa Senhora da Penha, 356
Boulevard da Praia 3º Piso Salas 16 e 17
Praia do Canto Vitória ES 29055-131

Telefones 27 3324.3545 e 3325.3166

Central de Atendimento 0800 61 0003

Email: caixaes@mutua.com.br - Site: www.mutua.com.br

Proteção, segurança e tranqüilidade

Voto sustentável: **garantia** de vida e saúde

A grande maioria de nossas cidades ainda reproduz modelos falidos em relação à ocupação do solo urbano, à mobilidade urbana e ao saneamento básico.

Considerando o período eleitoral em curso, momento mais que oportuno, a matéria de capa desta nossa edição de número 44 trata de gestão do solo urbano e sustentabilidade sócio-ambiental. É mais uma lúcida contribuição do Crea-ES, no exercício das responsabilidades inerentes à sua condição de instituição cidadã.

Mas o preocupante quadro que hoje constatamos não se caracteriza por falta de leis. O Estatuto das Cidades, à disposição dos municípios desde 2001, é uma lei avançada.

Ele existe exatamente para oferecer às prefeituras municipais, órgãos responsáveis pela fiscalização da ocupação e da utilização do solo, os meios para "limitar a captura de investimentos públicos por parte dos mecanismos de valorização imobiliária e ampliar o acesso à terra urbanizada e subutilizada para os mais pobres.", conforme a urbanista e professora Raquel Rolnik, da PUC de Campinas, em seu artigo "Habitação - solução ou reprodução do caos?", publicado no "Jornal de Brasília" no último dia 7 de janeiro. (disponível em www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/Imprensa/plano-diretor/noticias-2008/janeiro)

Problemas como a degradação dos recursos naturais, a emissão de gases poluentes, a extinção (ou grave ameaça de) de grande número de espécies da fauna e da flora e mesmo o risco iminente de inviabilizar-se a vida no planeta já colocaram, faz tempo, as questões ambientais no centro dos debates, em todo o mundo. Empresas limpas, créditos de carbono, responsabilidade social e empresas cidadãs são expressões que saltaram de artigos e teses acadêmicos para o vocabulário da população minimamente dotada de informação e senso crítico.

Para ter acesso aos benefícios da lei, as prefeituras dos municípios metropolitanos e de todos os que tenham mais de 20 mil habitantes devem elaborar Planos Diretores Participativos. E, dentre os mais de 5,6 mil municípios brasileiros, menos de 2 mil possuem hoje Planos Diretores Urbanos (PDUs) ou Planos Diretores Municipais (PDMs).

O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais. Para que os planos aprovados e que viraram lei sejam, de fato, analisados e colocados em prática, o Ministério das Cidades criou, por intermédio da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos.

Em todo o país, serão analisados pouco mais de 500 PDs - sendo 14 capixabas. Quesitos como o acesso à terra urbanizada; aos serviços e equipamentos urbanos, com ênfase em habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, e a questão ambiental; e o sistema de gestão e participação democrática durante a elaboração dos PDs formam os três eixos básicos que serão avaliados.

O Crea-ES tem a rica oportunidade e a felicidade de apoiar o trabalho da Rede, no estado.

Por intermédio de um convênio firmado com o Ministério das Cidades, fiscalizamos 32 municípios, durante a fase de elaboração de seus planos diretores.

Estamos a menos de um mês das eleições municipais. A temática sócio-ambiental é componente essencial, obrigatório em qualquer programa municipal de governo ou nas propostas que cada pessoa candidata a uma cadeira em qualquer câmara municipal pretenda levar ao seu eleitorado.

É dever das prefeituras contratar técnicos competentes e de credibilidade, para fornecer consultoria na elaboração e implementação de seus planos diretores.

E o eleitor consciente, por sua vez, tem o dever de pressionar e exigir de seu candidato ou sua candidata uma posição avançada e inequívoca, no que diz respeito à sustentabilidade sócio-ambiental.

Profissional: respeite seu voto. Exija a garantia de direito à vida e à saúde.

Boa leitura.

Eng. Civil e de Seg. do Trab. **Luis Fiorotti**
Presidente do Crea-ES

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo

Diretoria

Presidente
Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti
1º vice-presidente
Téc. Industrial em Mecânica Ronaldo Neves Cruz
2º vice-presidente
Eng. Civil Patrícia Brunow Diniz Ribeiro Barbosa
Diretor administrativo
Eng. Civil João Carlos Meneses
Diretor financeiro
Eng. Eletricista Antonio Vitor Cavalieri
Vice-diretor administrativo
Eng. Eletricista Afonso Celso de Souza Oliveira
Vice-diretor financeiro
Eng. Civil Wania Nassif Marx
Câmaras
Engenharia Civil
Eng. Civil José Lemos Sobrinho
Engenharia Agronômica
Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva
Arquitetura
Arquiteto Eduardo Simões Barbosa
Engenharia Industrial
Eng. Mecânico e de Seg. do Trabalho Adelar Castiglioni
Engenharia Elétrica
Eng. Eletricista Eduardo Luis Henriques
Engenharia de Segurança do Trabalho
Eng. de Seg. do Trabalho Eliezer Cristino de Oliveira

Agências
Vitória (27) 3134-0000
Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373
Colatina (27) 3721-0657
Linhares (27) 3264-1781
Vila Velha (27) 3239-3119
São Mateus (27) 3763-5929

Tópicos

Conselho Editorial
Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti
Eng. Civil José Márcio Martins
Jornalista Alcione Vazzoler

Gerente de Relacionamento
Eng. Civil José Márcio Martins

Consultora de Comunicação
Jornalista Alcione Vazzoler

Reportagem
Equipe de Comunicação do Crea-ES
Alcione Vazzoler
Adriano Uliana
Fernanda Mello
Grazielly Favero
Nina Lubiana
Lívia Cunha
Márcio Scheppa

Fotos
Tadeu Bianconi, Lívia Cunha, Arquivo Crea-ES, Incaper/Assessoria de Comunicação e Divulgação

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Ivan Alves

Edição
TKCOM Comunicação Ltda.

Impressão
Gráfica Espírito Santo

Revista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo
Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira
Vitória-ES, CEP 29050-903
Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-3644
email: creaes@creaes.org.br
www.creaes.org.br

Índice

16
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
Prefeituras aprendem a **projetar** cidades inteligentes e humanizadas

Editorial 4

NOVA PONTE DE **VITÓRIA** Passagem para o futuro 6

Crea registra **crescimento** no número de serviços prestados 9

Lançado núcleo capixaba do Projeto **Pensar** o Brasil 10

Crea é **pioneiro** na criação de GT de Tecnólogos 11

Crea e Bombeiros inauguram sala do **profissional** no CAT 12

Convênio dá certo e venda de normas da ABNT **dispara** 13

Educação e **sustentabilidade** são responsabilidades sociais do Crea 14

Casa dos **Engenheiros** Agrônomos faz 50 anos! 26

Mútua **elege** diretores em outubro 27

Sintec comemora 20 anos de importantes lutas e **conquistas** 28

"Na marcha **incessante** do progresso" 30

Coordenador nacional **comemora** sucesso de reunião da CCEEST no RS 34

NOVA PONTE DE **VITÓRIA**
Passagem para o futuro

Imprescindível para acompanhar o desenvolvimento da cidade, a nova Ponte da Passagem deverá ser entregue à população no início de 2009.

No último dia 23 de julho, membros das Câmaras Especializadas de Engenharia Civil e de Arquitetura do Crea-ES e representantes da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE) realizaram uma visita técnica às obras de construção da nova Ponte da Passagem, quando tiveram acesso também aos projetos elaborados pela empresa construtora, a Usiminas Mecânica (Empresa do Sistema Usiminas). As obras começaram em junho de 2007.

O Gerente de Projetos da Superintendência de Pontes e Viadutos da Usiminas Mecânica, Welington Dias, apresentou os dados técnicos da obra, além de informar que a nova Ponte da Passagem tem previsão de entrega no primeiro semestre de 2009.

A nova construção, resultado de um convênio entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Prefeitura de Vitória, prevê a substituição total da velha ponte, para aumentar a fluidez do trânsito, aspecto ressaltado pelo presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luís Fiorotti, durante a visita.

"Essa parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Vitória visa a diminuir e minimizar os problemas do trânsito na capital. Além de melhorar o trânsito e o fluxo dos veículos, a obra traz uma peça de beleza e de cunho estrutural, feita com os critérios mais apurados da engenharia e da arquitetura", declarou Fiorotti.

Na visita às obras, estiveram presentes, além do presidente do Crea-ES, o conselheiro da Câmara de Engenharia Civil, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Marco Antonio de Oliveira, o conselheiro da Câmara de Arquitetura, Arq. e Urb. Alberto Bernabé Kirchmayer, o presidente da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE), Eng. Civil José Maria Cola, e ainda os consultores técnicos do Crea-ES, Eng. Agrônomo Leonardo Coser Boynard, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Andrea Fontana e Eng. Eletricista Marcelo Dias Maciel.

Valorização profissional - A visita às obras de construção da nova Ponte da Passagem de Vitória foi organizada a partir de uma parceria entre a Câmara de Engenharia Civil do Crea-ES e a SEE. O Eng. Civil e de Seg. do Trab. Marco Antonio de Oliveira, um dos organizadores, explica que a visita foi uma oportunidade para os profissionais da engenharia e arquitetura conhecerem com mais detalhes os processos construtivos da obra, apresentados pela Usiminas Mecânica e pelo DER-ES.

Uma forma de informar e atualizar e, com isso, estimular a valorização dos profissionais, ainda segundo Marco Antônio de Oliveira."Enquanto Engenheiro de Segurança da obra, além de cuidar da segurança eu penso no profissional, no estímulo e fortalecimento da categoria e na valorização profissional".

Instalada a oito metros de altura da água, a nova possibilitará a navegação de barcos no canal

Ponte da Passagem

Presente que **liga** o passado ao futuro

A velha ponte, que sai de cena no início do ano que vem, data da década de 1920. Obra simples, mas funcional, significou progresso e desenvolvimento. Foi por servir como o primeiro elo de ligação entre a ilha de Vitória e o continente, em direção ao município da Serra e ao norte do Estado, que ficou conhecida como Ponte da Passagem. Referência de um tempo nostálgico que fluía com a mansidão das águas do canal, não resistiu à ressaca da metrópole nervosa e à erosão da explosão demográfica dos novos tempos.

Mais de 80 anos depois, a região já experimentou mudanças profundas. Se, no início do século passado, a área era desabitada e conservava a vegetação nativa - mata atlântica, vegetação de restinga e manguezal -, hoje os bairros de Goiabeiras, Jardim da Penha, Barro Vermelho e Santa Luiza são densamente povoados, com amplo comércio e intenso fluxo de veículos.

O período de desenvolvimento e o aquecimento da economia pelo qual passa a cidade de Vitória, impulsionado principalmente por indústrias como a de petróleo e gás, da construção civil e da siderurgia obrigou o município a readaptar suas vias de tráfego e se adequar às necessidades da população, cada vez mais numerosa.

Nova ponte - Completamente saturada, a velha Ponte da Passagem continua sendo uma das principais ligações entre a ilha e o continente. Por ela circulam, diariamente, no horário de pico da manhã, mais de 5,2 mil veículos, e no da tarde, cerca de 4,2 mil.

A nova ponte, com design inovador, concepção moderna e ares de cartão postal, deverá aumentar a fluidez do trânsito da região, acompanhando a ampliação da avenida Fernando Ferrari.

Hoje, a velocidade média dos veículos, nos horários de pico, é de 9 km/h. Com a nova obra, estima-se que essa velocidade suba para 25 km/h, de acordo com informações do Departamento de Estradas de Rodagens do Estado do Espírito Santo (DER-ES).

A nova ponte foi projetada para que sua estrutura metálica se torne um marco paisagístico para a cidade de Vitória. A obra prevê a construção de duas pontes paralelas, exclusivas para veículos, com 12 metros de largura, cada, e 20 metros de distância entre si. Cada ponte terá três pistas de tráfego.

O projeto prevê um misto de ponte estaiada – suspensa por cabos - e não-estaiada, que atingirá 311 metros de comprimento. A altura das torres estaiadas será de 55 metros, permitindo que a ponte fique instalada a oito metros de altura da água, para possibilitar a futura navegação de barcos no canal.

Ao lado da nova Ponte da Passagem, será executada uma outra obra, para tráfego exclusivo de pedestres e ciclistas, com faixas devidamente sinalizadas, como informa o Eng. Civil do DER-ES Luiz Augusto Vieira.

Com a inauguração da nova Ponte da Passagem, a população da Grande Vitória ganha um presente que liga o passado ao futuro.

Ficha Técnica

Município: Vitória
Trecho: Ponte da Passagem
Empresa: Usiminas Mecânica
Valor Contratual: R$ 64 milhões
Investimento do Governo: R$ 36 milhões
Investimento da Prefeitura de Vitória: R$ 28 milhões

Números

Comprimento: 311 metros
Largura: 12 metros, cada ponte
Faixas de rolamento: 6 faixas (3 em cada ponte)
Altura das torres estaiadas: 55 metros
Altura: 8m de altura (da lâmina d'água até a base de concreto)
Cor da estrutura metálica: branca
Peso da estrutura metálica: 1.75 mil toneladas
Volume de concreto: 6 mil m^3
Camisas metálicas: 194 mil kg
Desmonte de rocha: 6,5 mil m^3

Crea registra crescimento no número de serviços prestados

Foram 24.667 ações de fiscalização neste ano, contra 20.074 em 2007. Agora já são 12.762 profissionais de nível superior, 5.872 de nível médio e 4.759 empresas registrados

No primeiro semestre de 2008 a ações de fiscalização cresceram 32%

O Crea-ES registrou, no primeiro semestre de 2008, um aumento expressivo no número de serviços prestados, impulsionado, entre outros fatores, pelo crescimento econômico do Espírito Santo. No período, foi observada uma elevação de 32% no número de empreendimentos e atividades na área de construção civil, em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram 24.667 ações de fiscalização neste ano, contra 20.074 em 2007.

O Gerente de Fiscalização do Crea, Eng. Mecânico Flavio Lobato La Rocca, explica que esse aumento das ações de fiscalização evidencia um importante desenvolvimento econômico do estado.

"O expressivo aumento de empreendimentos no segmento de petróleo e gás, bem como de beneficiamento de minério de ferro e rochas ornamentais foi o principal responsável pelo aumento dos números da fiscalização".

Do total fiscalizado, 88% (21.707 empreendimentos) estavam regulares. Dos 12% (2.960) restantes, 9% (2.220) efetuaram regularização dentro do prazo definido pela legislação e os 3% (740) restantes se regularizaram com incidência de multa. Os dados se referem a todo o Estado do Espírito Santo.

Registros - O número de registros de profissionais também cresceu, no primeiro semestre de 2008. A Unidade Operacional contabilizou um aumento de 35,48% neste item, o que representa um acréscimo de 469 profissionais, em relação ao mesmo período do ano passado. Além disso, foram concedidos 170 novos vistos para profissionais de outros estados que vieram trabalhar no Espírito Santo.

O número de empresas registradas, por sua vez, cresceu 55,38%, o que corresponde a um aumento de 144 firmas em relação ao primeiro semestre de 2007. Atualmente, o Crea-ES tem, registrados, 12.762 profissionais de nível superior, 5.872 de nível médio e 4.759 empresas.

Para o Gerente Operacional do Crea-ES, Eng. Civil Marcos Motta, os principais motivos do crescimento desses índices são "o momento de crescimento da economia do nosso estado, a abertura da Agência Vitória, a eficiência da nossa fiscalização e o empenho de nossas equipes de trabalho".

ART - Desde 2007, os profissionais do Crea-ES podem fazer o cadastramento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nas novas Agências de Atendimento e também no site do Conselho (www.creaes.org.br). Por isso, foi registrado um crescimento no cadastro de ART online, desde o ano passado. Em 2007, foram 31.904 cadastros online e 32.117 manuais. Já no primeiro semestre de 2008, houve um crescimento de 32,44% nas ARTs online e um decréscimo de 14,17% no cadastro manual, referentes ao mesmo período do ano passado.

Lançado núcleo capixaba do Projeto Pensar o Brasil

Entre as iniciativas estabelecidas pela coordenação do projeto está a publicação de livros sobre temas relacionados à área tecnológica, e até o momento três obras já estão disponíveis

O coordenador do Projeto Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação, do Confea, Eng. Civil Clovis Nascimento Filho, esteve no Crea-ES no último dia 12 de agosto, para participar do lançamento e da instalação do núcleo capixaba do projeto. A solenidade de lançamento aconteceu durante a Sessão Plenária do Conselho. Na oportunidade, Nascimento explicou que "o projeto tem como característica importante a abertura, para participação efetiva, de outros segmentos da sociedade".

Clovis apresentou, ainda, sugestões de trabalhos iniciais para o núcleo capixaba, como o monitoramento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a discussão de elaboração de um orçamento público estadual e o acompanhamento da sua execução. Deixou claro, porém, que "essas idéias não impedirão que outras prioridades sejam estabelecidas pelo núcleo estadual, a partir de uma discussão estabelecida entre os próprios integrantes do núcleo".

O núcleo capixaba do projeto será coordenado pelo subsecretário de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades), o Téc. em Eletrônica José Carlos Pigatti. Para o cargo de coordenador adjunto, foi indicado o Eng. Mecânico Tadeu Pissinati, professor do Cefetes.

Entre as iniciativas do Projeto Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação está a publicação de livros sobre temas relacionados à área tecnológica. São três as obras já disponíveis: "Amazônia - Soberania e Desenvolvimento Sustentável", de Márcio Henrique Monteiro de Castro; "Semi-árido", de Roberto Malvezzi; e "Transportes - Fundamentos e propostas para o Brasil", de autoria do economista Raphael Padula.

pensar o Brasil
CONSTRUIR O FUTURO DA NAÇÃO

Crea é pioneiro na criação de GT de Tecnólogos

O novo GT tem como objetivo, entre outros, o fortalecimento e a valorização da categoria, criando um fórum de debates que ajude a promover a inclusão e a integração dos tecnólogos

Os tecnólogos que trabalham no Espírito Santo estão agora mais fortalecidos e em condições de obter maior reconhecimento no mercado de trabalho. O Crea-ES criou, em Sessão Plenária do último dia 22 de agosto, o primeiro Grupo de Trabalho Tecnólogos do Brasil. Os conselheiros aprovaram, por unanimidade, a criação do GT, durante a Sessão conduzida pelo presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti.

"Já tínhamos essa antiga solicitação, dos nossos colegas tecnólogos, para a formação do GT Tecnólogos do Crea-ES. Depois de muito debate entre o Confea, o Crea-ES e a Associação dos Tecnólogos do Espírito Santo (ATecnólogos), agora já podemos comemorar mais essa conquista da categoria", declarou Fiorotti.

Expectativas - O fortalecimento e a valorização da categoria são os principais objetivos dos tecnólogos com esse novo GT. O presidente da ATecnólogos, Tecg^0. Metal. Wellington Luiz Pompermayer, espera "traçar um plano de ações que envolva principalmente um trabalho de valorização dos tecnólogos", contribuindo para que as empresas conheçam melhor esses profissionais, que têm uma formação diferenciada tanto do técnico quanto do engenheiro.

"Queremos, com isso, que o tecnólogo possa ser reconhecido e contratado como tecnólogo e não como técnico", enfatizou Pompermayer.

O novo GT tem como objetivos: diagnosticar a atual situação dos tecnólogos junto às instituições de ensino; mobilizá-los, para ampliar a atuação profissional junto à sociedade; contribuir para a normalização das suas atividades; criar um fórum de debate acerca de atribuições, atividades, responsabilidades, mercado de trabalho, oportunidades e perspectivas futuras; criar e/ou fortalecer a identidade desses profissionais no Sistema Confea/Crea; além de promover inclusão, integração e valorização dos tecnólogos.

Diretor de Imprensa da Atecnólogos, Fernando Carlos de Oliveira Assunção (E), Presidente Luis Fiorotti e Presidente da Atecnólogos, Tecg^0 Wellington Luiz Pompermeyer

Crea e Bombeiros inauguram sala do profissional no CAT

Iniciativa pioneira, que agiliza projetos e beneficia a população, será apresentada no Colégio de Presidentes de Creas, podendo servir de referência e modelo para os demais Conselhos do país

Os profissionais das áreas de engenharia e arquitetura cadastrados no Centro de Atividades Técnicas (CAT) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo (CBMES) têm agora um espaço exclusivo de atendimento no quartel da corporação, em Vitória (Rua Tenente Mário Francisco de Brito, 100, Enseada do Suá).

A sala do CAT foi inaugurada no último dia 17 de julho e conta com mobiliário e um microcomputador com acesso à internet e softwares específicos para a área tecnológica. A expectativa é de que a análise e a aprovação dos projetos de proteção contra incêndio e pânico, elaborados por esses profissionais, sejam feitas de maneira mais ágil, beneficiando toda a população.

"A sala do CAT tem o intuito de fortalecer ainda mais a boa relação que o Crea tem com o Corpo de Bombeiros e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, onde a preservação da vida seja a mola mestra. Esta iniciativa pioneira do Crea-ES será apresentada no Colégio de Presidentes de Creas e, sem dúvida, servirá de referência e modelo para os demais Conselhos do país", comemora o presidente do Crea, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti.

Para representar o comandante geral do CBMES, coronel Fronzio Calheira Mota, esteve presente na solenidade de inauguração o coronel Álvaro Coelho Duarte, que atualmente ocupa o cargo de coordenador estadual da Defesa Civil.

"Profissionais da engenharia e da arquitetura têm desempenhado um importante papel junto ao Corpo de Bombeiros, contribuindo para a resolução de várias questões técnicas. A importância dessa interação se traduz na diminuição dos riscos e prejuízos humanos e materiais a que a sociedade está sujeita".

"O nosso lema nacional é 'Vidas alheias e riquezas salvar', e o trabalho relacionado ao CAT integra o conjunto de ações do Corpo de Bombeiros para colocar esse ideal em prática. A sala do CAT favorecerá a relação entre profissionais da área tecnológica, seus clientes, prefeituras, Crea e Corpo de Bombeiros. Tudo para proporcionar agilidade nos processos de vistorias e análises de projetos de combate a incêndio e pânico", afirmou o chefe do CAT, tenente-coronel Alexandre dos Santos Cerqueira.

Também participaram da solenidade de inauguração o vice-presidente do Crea-ES, Téc. em Mecânica Ronaldo Neves Cruz; o conselheiro que representa o Crea no CAT, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Marco Antonio de Oliveira; o presidente da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE), Eng. Civil José Maria Cola; o tenente-coronel Edvaldo Souza Silva; e o major Aureo Buzatto, além de profissionais, conselheiros e diretores do Crea-ES.

Outras informações sobre o trabalho do CAT no endereço www.cb.es.gov.br

Coronel Álvaro Coelho Duarte (E), tenente-coronel Alexandre dos Santos Cerqueira e Presidente Luis Fiorotti

Convênio dá certo e venda de normas da ABNT dispara

Para conseguir o desconto de 50% e os benefícios das Normas Técnicas, é necessário apenas que o profissional seja registrado no Sistema Confea/Crea e esteja em dia com as suas anuidades

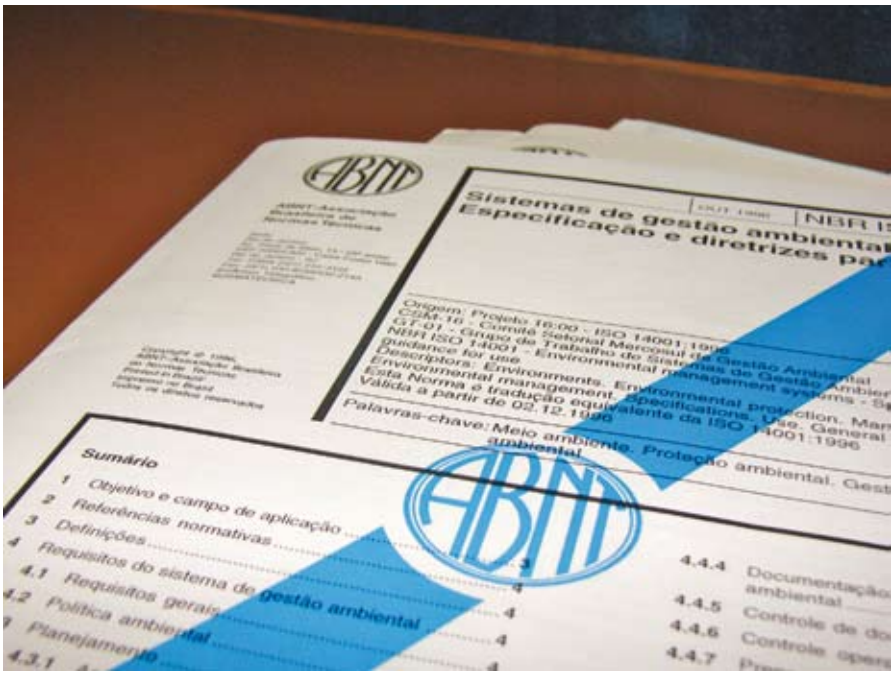
O convênio firmado entre o Sistema Confea/Crea/Mútua e a ABNT fez com que no mês de junho último as vendas de normas técnicas, em todo o país, registrassem um aumento de 150% em relação ao mês anterior. Segundo representantes das instituições envolvidas, o percentual confirma o sucesso da iniciativa.

O convênio permite a aquisição, com 50% de desconto, das normas técnicas para os profissionais de engenharia, arquitetura, agronomia, meteorologia, geologia, geografia, técnicos e tecnólogos de todo o país.

O conteúdo das normas pode também ser visualizado gratuitamente em qualquer um dos endereços do Crea-ES (Sede, em Vitória, e ainda nas Agências de Atendimento de Vitória, Vila Velha, Linhares, Colatina, São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim). A capital conta com um terceiro "ponto de visualização", na sede da Mútua/Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-ES.

Facilidade - O principal objetivo do convênio é facilitar o acesso dos profissionais do Sistema Confea/Crea às normas, que são imprescindíveis para a execução de um bom trabalho. A utilização correta das Normas Técnicas garante segurança e gera benefícios para as empresas, tais como redução de custos (pois permite trabalhar com tecnologia já testada e aprovada); melhoria da qualidade de produtos e serviços, conquistando maior confiança dos consumidores e, por conseqüência, aumento de produtividade.

Para obter o desconto de 50% e os benefícios das Normas Técnicas, é necessário apenas que o profissional seja registrado no Sistema Confea/Crea e esteja em dia com suas anuidades. É interessante ressaltar também que a visualização nos pontos espalhados por todo país é gratuita. Para comprar as normas, basta acessar o site www.confea.org.br e clicar no link "Convênio ABNT".



Educação e sustentabilidade são responsabilidades sociais do Crea

O objetivo das oficinas e palestras é incentivar a discussão e a busca por soluções da área tecnológica que garantam níveis desejáveis de qualidade de vida para todos, além de promover o desenvolvimento sustentável

O Crea-ES vem intensificando suas ações relativas aos temas de maior interesse coletivo, com destaque para o ambientalismo e a qualidade de vida. No último dia 15 de agosto, o Conselho lançou, em Colatina, por meio do Educ (Educação Continuada e a Distância), o projeto "Construindo um Mundo Sustentável". A iniciativa prevê uma série de ações, como a realização de oficinas e palestras pelo estado.

"Colatina foi escolhida para iniciarmos um projeto, que buscará a participação dos profissionais da área tecnológica e de demais segmentos da sociedade, em todo o Espírito Santo. O objetivo é incentivar a discussão e a busca por soluções da área tecnológica que garantam níveis desejáveis de qualidade de vida para todos, além de promover o desenvolvimento sustentável", informou o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti.

Além da solenidade de lançamento, os profissionais da área tecnológica, inspetores do Crea, autoridades políticas, professores e estudantes de Colatina e municípios vizinhos puderam conferir ainda a palestra "Mudanças Climáticas - Responsabilidades e Oportunidades", proferida pelo Eng. Agrônomo Walter Batista Júnior.

"Estamos propondo que estes eventos sejam abertos a toda a comunidade capixaba, pois vivemos um momento em que não será permitido fugir às responsabilidades. Para isso, buscaremos novas parcerias com o Governo do Estado, com empresas, instituições de ensino e todos aqueles que queiram participar do projeto. Esperamos, assim, diminuir os custos e atingir uma parcela maior da sociedade", declarou Walter.

No mesmo dia, em Vitória, foi realizado, com o apoio do Crea-ES, o "Fórum Estadual de Energias Alternativas e Renováveis". Realizado pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental (Instituto Ecos), em conjunto com o gabinete do Senador Renato Casagrande, o fórum discutiu temas como Planejamento e Desenvolvimento Energético do Governo Brasileiro e investimentos contratados e perspectivas para o setor energético no Espírito Santo.

Essas e outras palestras irão compor um DVD que será lançado até o final do ano. O coordenador do Educ, Eng. Eletricista Ernani de Castro Gama, acredita que "com a implantação desse projeto o Crea-ES poderá esclarecer e conscientizar os profissionais e o público em geral quanto à questão do crescimento econômico com sustentabilidade, garantindo com isso a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais"

Parceria - Dando seqüência a sua programação, o projeto "Construindo um Mundo Sustentável" realizou, no último dia 29 de agosto, no Teatro do Cefetes, em Vitória, o "Seminário Biogás: da Geração de Energia ao Mercado de Crédito Carbono". O debate focou a importância de se utilizar o biogás gerado em sistemas de tratamentos de resíduos e efluentes orgânicos (esgotos) na geração de energia elétrica e discutiu o mercado de crédito carbono.

Outras informações sobre o projeto "Construindo um Mundo Sustentável" podem ser obtidas pelo telefone do Educ: (27) 3334-9903 ou pelos endereços educ@creaes.org.br e www.creaes.org.br.

Auditório em Colatina: mudanças climáticas em debate

Convênios para profissionais registrados e seus **dependentes**

O Educ (Educação Continuada e a Distância) firmou novos convênios. O objetivo das novas parcerias é proporcionar, a todos os profissionais e seus dependentes, oportunidades acessíveis de capacitação e atualização profissional, para viabilizar o acesso à informação e ao conhecimento, nas diversas áreas em que atuam. Verifique a seguir as inúmeras possibilidades que aguardam você:

CCAA/Serra - Descontos de 50% no primeiro período e de 25% nos demais períodos dos cursos de inglês e/ou espanhol, em qualquer nível, nas unidades do CCAA da Serra.
Contatos: (27) 3328-4328
ccaalaranjeiras@terra.com.br
Informações: www.ccaa.com.br

Cemaer – Centro de Excelência em Meio Ambiente e Energia S/S Ltda. - Descontos de 10% em cursos ofertados pelo Cemaer.
Contatos: (41) 3078-6860
anderson@cemaer.com.br
Informações: www.cemaer.com.br

Cesat – Centro de Ensino Superior Anísio Teixeira - Descontos de 7 a 12% nas mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação e MBA.
Contatos: (27) 3041-7057 | fmattos@cesat.br
Informações: www.cesat.br

Data Control – Data Company Rede Digital de Ensino Ltda. - Descontos de 60% nos Pacotes de Cursos de Informática.
Contatos: (27) 3357-0044
corporativo@datacontrol-es.com.br
Informações: www.datacontrol-es.com.br

Dinâmica da Terra Serviços Ambientais Ltda.
Descontos de 10% nos cursos ofertados.
Contatos: (21) 2679-9216
contato@dinamicadaterra.com.br
Informações: www.dinamicadaterra.com.br

Escola Thevenin - Descontos de 10% em cursos de capacitação e técnicos ofertados pela Escola.
Contatos: (27) 3337-9920
nilson@escolathevenin.com
Informações: www.escolathevenin.com

Faculdade Saberes - Descontos de 10% em cursos, inclusive os de pós-graduação.
Contatos: (27) 3227-8203
posgraduacao@saberes.edu.br
Informações: www.saberes.edu.br

Faurgs – Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Descontos de 20% em cursos à distância de AutoCAD 2D, AutoCAD 3D, Corel Draw, Ms Project, Data CAD e Photoshop, oferecidos pelo Projeto Portal Aramis da Faurgs.
Contatos: (51) 3308-7178 | faurgs@ufrgs.br
Informações: www.faurgs.ufrgs.br

Fênix Cursos e Consultoria Ltda. - Descontos de 8% nas mensalidades dos cursos de pós-graduação e MBA, presenciais e a distância, cursos de capacitação, seminários e outros eventos.
Contatos: (27) 3038-7070
borjaille@fenixcursos.com.br
Informações: www.fenixcursos.com.br

Fucape – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
Descontos de 8% em mensalidade, nos cursos de MBA e Extensão.
Contatos: (27) 4009-4444 | cursos@fucape.br
Informações: www.fucape.br

IAB-ES - Descontos de 100% nos cursos, seminários e outros eventos.
Contatos: (27) 3235-1460
iabmaster@iab-es.org.br
Informações: www.iab-es.org.br

Inceri – Instituto de Excelência em Relações Comerciais e Internacionais - Descontos de 10% nos cursos ofertados.
Contatos: (27) 3314-3728 | inceri@inceri.org.br
Informações: www.inceri.org.br

Indesp – Instituto de Desenvolvimento Pessoal
Descontos para profissionais registrados no Crea-ES, e seus dependentes, em cursos oferecidos.
Contatos: (27) 3200-3034 | (27) 3224-0114
indesp@indesp.com.br
Informações: www.indesp.com.br

LPV Lopes Consultoria e Representações - Descontos de 8 a 20% nos cursos de pós-graduação, capacitação e treinamentos corporativos, atividades extensionistas e eventos, presenciais ou a distância.
Contatos: (27) 3034-0093 | lpvlopes@gmail.com

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Descontos de 20% nos cursos ofertados.
Contatos: (27) 3325-8311
faleconosco@es.senac.br
Informações: www.es.senac.br

Colégio São Gonçalo – Sociedade Educacional de Bento Ferreira - Descontos de 10% em cursos ofertados pela Sociedade Educacional de Bento Ferreira.
Contatos: (27) 3324-8846
colegiosaogoncalo@colegiosaogoncalo.com.br
Informações: www.colegiosaogoncalo.com.br

Visão Empresarial - Descontos de 15% nos cursos ofertados.
Contatos: (27) 3391-2054
adilson@visaorecursoshumanos.com.br
Informações: www.visaorecursoshumanos.com.br

Empresas conveniadas ao Crea-ES e ao Senge-ES:

Compet PM – Treinamento e Consultoria - Descontos de 15% para os profissionais registrados no Crea e de 26% aos filiados ao Senge, nos cursos de Gerenciamento de Projetos – Visão PMI e PMO: Implantando o Escritório de Projetos.
Contatos: (27) 3361-6074
competpm@hotmail.com
Informações: www.competpm.com.br

HCT – Help Cursos & Tecnologia-Papiro
Descontos de 50% em cursos ofertados.
Contatos: 0800-282-5841
atendimento@hct.com.br
Informações: www.hct.com.br

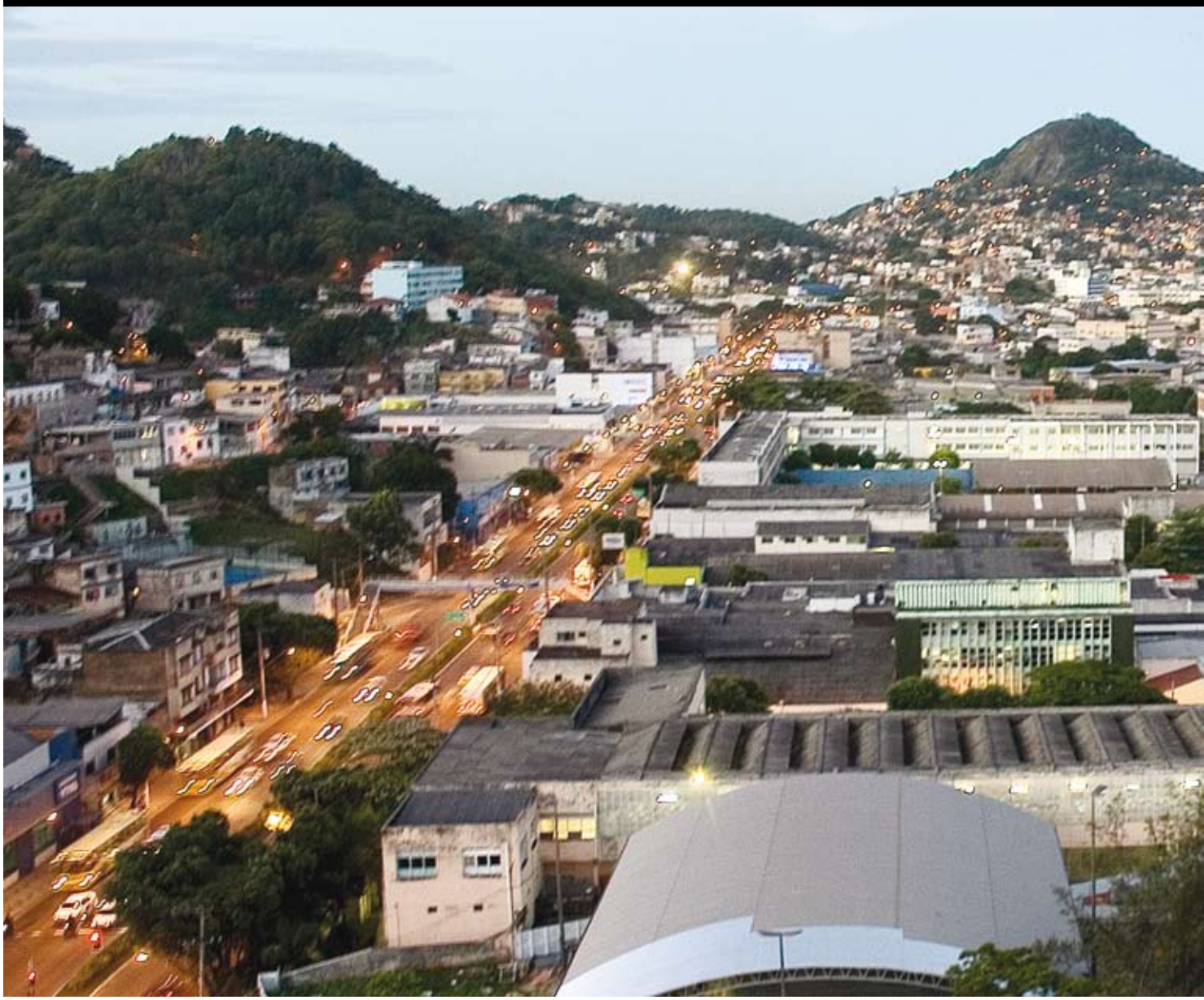
Indm – Instituto Nacional de Desenvolvimento Municipal - Descontos de 15% nos cursos ofertados.
Contatos: (27) 3345-2659 | contato@indm.org.br
Informações: www.indm.com.br

Perito Online - Descontos de 15% nas mensalidades dos cursos de pós-graduação, MBA, presenciais e a distância.
Contatos: (27) 3233-0830
crperito@terra.com.br
Informações: www.pol1.com.br

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Prefeituras aprendem a **projetar** cidades inteligentes e humanizadas

O planejamento realizado de forma participativa é apontado como uma das principais ferramentas a serem utilizadas no constante processo de pensar um município que apresente níveis desejáveis de qualidade de vida para todos. Acontece que uma parcela considerável da população brasileira se mostra descrente, quando se fala em melhorias futuras nas questões relacionadas à habitação e à mobilidade urbana. Muito desse sentimento se deve a um histórico marcado por leis que só ficam no papel e a promessas de campanha que não são cumpridas.



De acordo com medida prevista no Estatuto das Cidades - Lei Federal 10.247/2001, os municípios com mais de 20 mil habitantes e aqueles que integram regiões metropolitanas devem ter planos diretores participativos (PDPs). Se descumprirem esta determinação, as prefeituras ficam sujeitas a responder por improbidade administrativa.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais. Para que os planos aprovados e que viraram lei sejam, de fato, analisados e colocados em prática, o Ministério das Cidades criou, por intermédio da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos. No Espírito Santo, a Rede tem o apoio do Crea-ES.

Em todo o país, serão analisados pouco mais de 500 PDs - sendo 14 capixabas. Quesitos como o acesso à terra urbanizada; aos serviços e equipamentos urbanos, com ênfase em habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, e a questão ambiental; e o sistema de gestão e participação democrática durante a elaboração dos PDs formam os três eixos básicos que serão avaliados.

Em 26 municípios, serão realizados, ainda, estudos de casos para investigar o processo de implementação, relacionando os PDs aprovados com os investimentos e as ações realizadas nos municípios, para indicar a concretização do planejamento realizado. Nenhum município capixaba integrará o grupo de "estudos de caso".

Municípios selecionados para acompanhamento

O arquiteto André Abe, conselheiro do Crea-ES e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), é o pesquisador que está à frente dos trabalhos da Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos PDPs no Estado. Além do Crea-ES, a iniciativa conta também com os seguintes apoiadores: Ufes; Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Espírito Santo (IAB-ES); Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) e Movimento Nacional de Luta Pela Moradia.

Seguindo o cronograma sugerido pelo Ministério das Cidades, foi realizada, no último dia 22 de julho, no Auditório do Centro de Artes da Ufes, uma oficina que serviu para apresentação da pesquisa, escolha dos municípios a serem pesquisados e discussão das próximas atividades.

"Depois da fase de elaboração e aprovação dos PDPs, é chegado o momento de sua implementação. Estamos num ano eleitoral, e serão os próximos prefeitos e vereadores, principalmente, que teram essa incumbência. Daí a necessidade de haver uma massa de população técnica e de movimentos populares para acompanhamento e cobranças durante todo o processo", explica Abe.

O presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trabalho Luis Fiorotti, foi convidado a compor a mesa solene de abertura e resgatou parte da contribuição do Crea durante a fase de elaboração dos PDs de alguns municípios capixabas:

"Por intermédio de um convênio firmado com o Ministério das Cidades, o Conselho fiscalizou 32 municípios, durante a fase de elaboração de seus planos diretores. O objetivo era incentivar os poderes executivos desses municípios a elaborar ou reformular seus PDs. O Crea assume o compromisso de colaborar com esta nova fase. Afinal, é no município que o cidadão reflete seus anseios, trabalha, encontra seus amigos e busca realizar seus sonhos".

O presidente da Amunes, Eng. Mecânico João Guerino Balestrassi, que é também prefeito de Colatina, acredita na união de esforços para resgatar o processo de elaboração dos planos e pensar os melhores métodos, no momento de implementá-los.

Arquiteto e Urbanista André Abe

"As cidades são dos seus cidadãos. Além de uma exigência legal, a construção participativa dos PDs é uma necessidade da cidadania. Trabalhar em parceria com a Ufes, o Crea-ES e demais instituições e entidades, na avaliação dos planos diretores, é uma forma de analisar essa construção social. Outro ponto fundamental nesse projeto é elaborar um plano de capacitação que torne vivos esses PDs. Vivos no sentido de serem implementados, atualizados e, em alguns casos, complementados e até reformulados. A capacitação permite esse olhar, e o Crea e a Amunes são partes dessa construção", diz Balestrassi.

Escolha dos municípios - Um dos momentos mais ricos do debate foi a escolha dos 14 municípios que terão seus PDs analisados (inicialmente, a partir de sugestão do Ministério das Cidades, seriam escolhidos apenas 13). Os escolhidos foram: Afonso Cláudio, Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Conceição da Barra, Guarapari, Linhares, Pinheiros, Santa Teresa, São Gabriel da Palha, São Mateus, Vila Velha e Vitória.

Os municípios foram selecionados a partir de critérios sugeridos pelo Ministério das Cidades (veja quadro)

e também de informações consideradas relevantes pelas coordenações estaduais. Uma decisão local, por exemplo, foi a inclusão do município de Anchieta, que não se enquadra nos quesitos tidos como relevantes para o Ministério das Cidades mas que, em breve, vai abrigar um grande empreendimento, no setor siderúrgico, o que vai provocar alterações importantes na realidade da região.

Ainda segundo André Abe, além de organizar a oficina, a Coordenação Estadual terá de "articular as organizações sociais que participarão do processo de avaliação dos PDPs; exercer o controle social sobre a pesquisa e realizar oficinas de debates; discutir, de forma participativa, as definições da aplicação da pesquisa, adequando localmente a metodologia nacional; e resgatar o processos de elaboração dos planos diretores dos municípios escolhidos".

A pesquisa obedecerá a critérios previamente estabelecidos pela Coordenação Executiva do projeto, composta pela Secretaria Nacional de Políticas Urbanas do Ministério das Cidades, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), pelo Instituto Polis (ONG nacional de estudos, formação e assessoria em políticas sociais) e pela Fase (ONG voltada para a promoção dos direitos humanos, da gestão democrática e da economia solidária).

Os municípios foram **selecionados**, pelas coordenações estaduais, a partir dos seguintes critérios:

1- Atendimento à distribuição por faixa populacional dos municípios constantes no projeto do Ministério das Cidades:

Faixas populacionais	**até 20.000**	**20.001 a 50.000**	**50.001 a 100.000**	**100.001 a 500.000**	**mais de 500.000**
Municípios que tomaram iniciativa de elaborar PDPs	153	753	241	162	27
Critério para pesquisa	15%	30%	50%	80%	100%
Total de municípios a pesquisar por faixa populacional	23	226	120	130	27

2- Dados oriundos do cruzamento produzido a partir dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea);

3- As leis geradas a partir da aprovação dos Planos Diretores devem ser anteriores ao dia 30 de junho de 2008; e

4- Demais informações consideradas relevantes pelas coordenações estaduais.

"Conforme infelizmente ainda é comum acontecer no Brasil, não é por falta de lei que a grande maioria de nossas cidades continua a reproduzir modelos falidos no que se refere à ocupação do solo urbano, à mobilidade urbana, ao saneamento básico. O Estatuto das Cidades, nascido em 2001, é uma lei avançada, em relação a planejamento e gestão do solo urbano. Ele existe exatamente para oferecer às prefeituras municipais, órgãos responsáveis pelo gerenciamento da ocupação e da utilização do solo, os meios para "limitar a captura de investimentos públicos por parte dos mecanismos de valorização imobiliária e ampliar o acesso à terra urbanizada e subutilizada para os mais pobres", conforme a urbanista e professora Raquel Rolnik, da PUC de Campinas, em seu artigo "Habitação - solução ou reprodução do caos?", publicado no "Jornal de Brasília" no último dia 7 de janeiro. O Crea, em um convênio firmado com o Ministério das Cidades, fiscalizou 32 municípios, durante a fase de elaboração de seus planos diretores. O objetivo era incentivar os poderes executivos desses municípios a elaborarem ou reformularem seus planejamentos. O Crea assume o compromisso de colaborar nesta nova fase. Afinal, é no município que o cidadão reflete seus anseios, trabalha, encontra seus amigos e busca realizar seus sonhos. É neste sentido que acolhemos essa proposição do Ministério das Cidades e disponibilizamos a estrutura do Crea, devidamente organizada, para ajudar a realizar este trabalho de análise e implementação dos PDs. A união de esforços é importante para combatermos as desigualdades sociais e colaborar para a transformação das cidades em espaços mais humanizados. Juntos, podemos chegar ainda mais longe".

Luis Fiorotti
Eng. Civil e de Segurança do Trabalho, Presidente do Crea-ES

Pré-proposta de Roteiro para **Avaliação** dos Planos Diretores (resumo)

1) Acesso à terra urbanizada

Detectar que diretrizes do Estatuto da Cidade foram reproduzidas nos textos do Plano Diretor (PD) ou que se refiram a temas como a garantia do direito à terra urbana e à moradia; gestão democrática por meio da participação popular; ordenação e controle do uso e ocupação do solo, de modo a evitar a retenção especulativa de terrenos; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização; recuperação dos investimentos do poder público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos; e regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

Função Social da Propriedade

Os pesquisadores buscarão elementos no Plano Diretor que estabeleçam a função social da propriedade e de que forma.

Instrumentos de Política Fundiária

Para cada um dos instrumentos de políticas de solo será necessário verificar se o instrumento está apenas listado/mencionado ou se sua forma de aplicação específica no município está prevista; se foi remetido para uma lei específica, se foi ou não definido um prazo para sua edição/regulamentação e qual é esse prazo; se é auto-aplicável, se está definido o perímetro onde a lei se aplica (se essa definição faz parte de mapa anexo ao plano e/ou descrição de perímetro); e quem aprova a sua utilização, entre vários outros pontos.

Controle do Uso e Ocupação do Solo

Esta questão-chave servirá para verificar se o PD estabelece macrozoneamento e, em caso afirmativo, se abrange as zonas urbana e rural e se está demarcado em mapas e delimitado por perímetros. Além do macrozoneamento, se o plano estabelece alguma outra forma de regulação do uso e ocupação do solo ou remete a uma revisão/elaboração de uma lei de uso e ocupação do solo.

Coeficientes e Macrozonas

Quesitos como coeficientes de aproveitamento básico e máximo; se o PD define o que é subutilização, não-utilização e terreno vazio; assim como o cálculo dos coeficientes de aproveitamento; se define as macrozonas e seus coeficientes, entre outros pontos que compõem esta parte do relatório de pesquisa.

Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis)

Outro item do relatório de Avaliação dos Planos Diretores se refere às Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). Serão verificados os tipos de Zeis; localização em mapa, ou coordenadas ou descrição de perímetro; definição da população que acessa os projetos habitacionais nas Zeis; definição de tipologias habitacionais em Zeis; remissão para lei específica; caso as Zeis já estejam demarcadas em mapas, qual é o percentual da zona.

Perímetro Urbano e Parcelamento do Solo

Quanto ao perímetro urbano e ao parcelamento do solo, será verificado se o plano estende (ou diminuiu) o perímetro urbano e se criou alguma regra para a extensão do perímetro, além de verificar a inclusão de regras para o parcelamento do solo urbano, se há referência para legislação específica e a criação de regras específicas para parcelamento de interesse social.

2) Acesso aos serviços e equipamentos urbanos, com ênfase no acesso à habitação, ao saneamento ambiental e ao transporte e à mobilidade

O Estatuto das Cidades estabelece que o Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (art. 40). Nesse sentido, é fundamental avaliar em que medida o Plano Diretor aprovado pelos municípios incorpora diretrizes, instrumentos e programas visando ao acesso aos serviços e equipamentos urbanos e à sustentabilidade ambiental, com ênfase no acesso à habitação, ao saneamento ambiental, ao transporte e mobilidade e ao meio ambiente urbano sustentável.

Política de Habitação

Buscar-se-á identificar, por exemplo, a exis-

tência de diagnóstico identificando a situação habitacional do município, com ênfase nas desigualdades sociais nas condições de moradia e no déficit habitacional. Identificar se essa avaliação incluiu levantamentos específicos ou se o plano prevê a elaboração de cadastros de moradias precárias; se existe a definição de objetivos e o eventual estabelecimento de metas concretas. A definição de uma estratégia de aumento da oferta de moradias na cidade pela intervenção regulatória, urbanística e fiscal na dinâmica de uso e ocupação do solo urbano, entre outros pontos, também integra esta questão-chave.

Política de Saneamento Ambiental

O PD e o acesso ao abastecimento de água, à rede de esgotos e à coleta de resíduos sólidos, bem como a situação social relativa à gestão de recursos hídricos, em especial à drenagem urbana e seus impactos sobre as áreas sujeitas às enchentes constarão no relatório.

Política de Mobilidade e Transporte

Os pesquisadores, ao analisarem os planos diretores, verificarão a existência de diagnóstico identificando a situação do município na área da mobilidade e do transporte, com ênfase nas desigualdades sociais no acesso as áreas centrais (trabalho, escola e lazer). Políticas ou diretrizes relativas às tarifas e para a integração de modais são exemplos a serem verificados, assim como a promoção de ciclovias e transportes não-poluentes e/ou não-motorizados.

Política de Meio Ambiente

Buscar-se-á identificar a existência de diagnóstico identificando a situação do município na área do meio ambiente, com relação aos impactos da degradação do meio ambiente sobre as diferentes áreas da cidade (localização de depósitos de lixo ou de resíduos tóxicos, disponibilidade de áreas verdes, por exemplo), na perspectiva da justiça ambiental. Verificar particularmente se existem dispositivos restritivos à moradia de interesse social.

3) Sistema de Gestão e Participação Democrática

Nesse item, a avaliação está centrada nos seguintes objetivos:

- Identificar os elementos presentes nos PDs que garantam a implementação do Estatuto das Cidades nos itens referentes à participação social no planejamento e gestão das cidades;
- Identificar se o plano regulamenta ou prevê a criação de Conselhos das Cidades e outros mecanismos de participação;
- Identificar a relação entre as ações do PD e o processo orçamentário;
- Identificar a estrutura de gestão da Prefeitura e as condições para o planejamento das ações e seu monitoramento.

"Espero que em 2009 todos estejam preparados para colocar em prática tudo o que o Movimento Nacional de Luta pela Moradia ajudou a planejar. Ouvi pessoas falando que seriam necessários 50 anos para os PDs saírem do papel. Pode até ser que a previsão ainda se confirme, mas acredito que essa análise que está para ser feita é um importante passo. Não entendo nada de projeto, mas sei cobrar a elaboração e execução deles, ou seja, exigir o que o povo precisa, quer e tem direito. Já existem muitos como eu. Estou contente, pois algumas etapas já estão acontecendo, através do compromisso que muitos profissionais têm. Esse compromisso vem da fase estudantil, durante a faculdade. Quando o indivíduo se interessa por projetos sociais, ele se transforma num profissional que trabalha em benefício da população. Claro que ainda existem muitos que só querem fazer projeto para gente rica, mas os impostos pagos pelo povo também contribuem para manter a universidade pública. Se os movimentos sociais fossem mais ouvidos, a cidade não estaria com tantos problemas. A maior parte do povo só tem o direito de suar e carregar concreto para construir a casa de uma pequena parcela de ricos, depois não tem direito de pisar naquele lugar. Para o pobre, qualquer caixote serve. Em termos de habitação, estamos longe de uma situação digna para todos. A cidade é de todos, não é de meia-dúzia. O povo precisa ser ouvido, por mais que nossa fala não seja de acordo com a técnica. Mas para quem estuda e sabe ler, um pingo é letra. Temos que ser respeitados".

Maria Clara da Silva
Coordenadora Estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia

"Apesar do grande avanço com a Constituição de 1988, hoje, ainda, a centralidade de todos os impostos vai para a União, que administra cerca de 70% de tudo que é recolhido (impostos, taxas e contribuições) no Brasil. Mas é o município que detém a maior parte das competências. Muitos desconhecem esses números e não sabem que, para tantas atribuições, competências e obrigações do município o recurso acaba sendo pequeno. Aliado a isso, nós temos, no Espírito Santo, uma outro problema: nos últimos 10 anos, alguns municípios perderam grande parte de sua população, que migrou para o litoral. Então, o planejamento é um instrumento importante de renovação, é uma alternativa para pensarmos a cidade em outro contexto, de uma nova forma. Para onde vamos, já que hoje as nossas alternativas costumeiras de futuro não são mais viáveis? O que podemos fazer? O Espírito Santo é hoje um dos estados que têm o maior número percentual de municípios com planos diretores. São cerca de 70%, e mesmo alguns municípios com populações muito pequenas entram nesta estatística. É preciso fortalecer o movimento municipalista, para que em todos os fóruns e espaços de debate sejam colocadas as dificuldades que o municipalismo tem. É muito comum ouvirmos organizações e trabalhos acadêmicos que classificam o município como sendo o elo com maior atividade de corrupção, onde acontece a maior parte das alianças espúrias. Mas, na verdade, temos 5.562 municípios no Brasil, e os chefes de executivo municipais são os únicos submetidos à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), são os únicos que podem ser afastados por improbidade administrativa. Os estados e a União não têm um caso de afastamento por causa de não-cumprimento da LRF. A luta municipalista é a luta das cidades, é a luta para construirmos um mundo melhor para todos".

Diane Rangel
Representante da Associação
de Municípios do Espírito Santo (Amunes)

Efeitos da **implantação** do Plan

Apresentar o plano diretor às câmaras municipais e transformá-lo em lei foi o primeiro passo. Mas não são poucos os desafios à concretização da função social da cidade e da propriedade urbana - água tratada, coleta de esgoto e de lixo, transporte coletivo de qualidade, e que não seja necessário percorrer grandes distâncias para ter acesso à escola pública e áreas de lazer como praças e parques, por exemplo. As soluções não dependem apenas do poder público.

Arquiteta e Urbanista Cristina Engel de Alvarez

Segundo a Arquiteta Cristina Engel de Alvarez, coordenadora do Laboratório de Planejamento e Projetos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Ufes, os efeitos de um Plano Diretor começam a ser percebidos pela cidade ainda na fase de sua elaboração.

"Quando o PD é elaborado para uma região em que se sabe da necessidade de conter a especulação imobiliária, por exemplo, o que fazem alguns empresários do setor? Apressam-se para ter seus projetos aprovados o mais rápido possível, para não precisarem se enquadrar no plano. É um efeito terrível e que, às vezes, acaba acontecendo", explica.

Cristina aponta também que, dependendo de como o Plano Diretor é elaborado, os resultados positivos e negativos surgem durante todo o processo. "Logicamente que um plano é pensado para longo prazo e não exatamente para resolver problemas imediatos. Como o próprio nome diz, o Plano Diretor vai direcionar as ações, para que o futuro da cidade seja viável. Um exemplo de resultado rápido é a definição de áreas de preservação ambiental. O PD, a partir do momento que começa a vigorar, já se apresenta como instrumento que permite essa preservação. Outro exemplo: se, junto com o PD, vem o código de conduta para resolver um problema de poluição acústica numa determinada área, a solução também pode ser imediata", completa.

André Abe acredita que, a partir do Plano Diretor, a cidade passa a ter um desenho futuro, ou seja, regras e prioridades que deverão ser seguidas.

"A necessidade de existência de uma estrutura de planejamento e fiscalização, de um sistema de informações e análises tem efeitos multiplicadores. Os conselhos do Plano Diretor, do Meio Ambiente, da Habitação, do

no Diretor

Patrimônio Cultural e outros são instâncias geradas pela existência do plano", define.

Um exemplo, ainda segundo Abe, é a capital capixaba.

"Vitória, ao longo de 20 anos, vem se reestruturando conforme o Plano Diretor, que está na sua 3ª versão e tem um Conselho atuante que se sente responsável pela co-gestão do desenvolvimento da cidade".

Próximas etapas - Após a oficina de apresentação da Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos, onde foram escolhidos os 14 planos que serão analisados, a coordenação estadual agendará, para os próximos meses de novembro e dezembro, as oficinas de avaliação e estratégias de capacitação.

Ao final, previsto para dezembro, um Relatório Estadual que agrupará o Relatório da Oficina e o Relatório de Análises Municipais será debatido na 2ª Oficina, que também colherá subsídios para o encaminhamento do processo de capacitação para a implementação, a partir de 2009, dos planos diretores municipais.

"Em dezembro, teremos quatro oficinas, que deverão acontecer em Linhares, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Grande Vitória. O segundo momento do projeto tem o objetivo de impulsionar um processo de mobilização social para a implementação dos PDs, em conformidade como o Estatuto da Cidade. A estratégia de capacitação será desenvolvida a partir dos resultados das pesquisas e da avaliação em cada estado", conclui Abe.

Saiba mais sobre as nossas **cidades**

As cidades brasileiras abrigavam, há menos de um século, 10% da população nacional. Atualmente, comportam 82%;

6,6 milhões de famílias não possuem moradia, 11% dos domicílios urbanos não têm acesso ao sistema de abastecimento de água potável e quase 50% não estão ligados às redes coletoras de esgotamento sanitário;

A falta de investimentos em transporte coletivo tem resultado em cidades congestionadas de tráfego e em prejuízos estimados em centenas de milhões de reais;

Em municípios de todos os portes, multiplicam-se favelas.

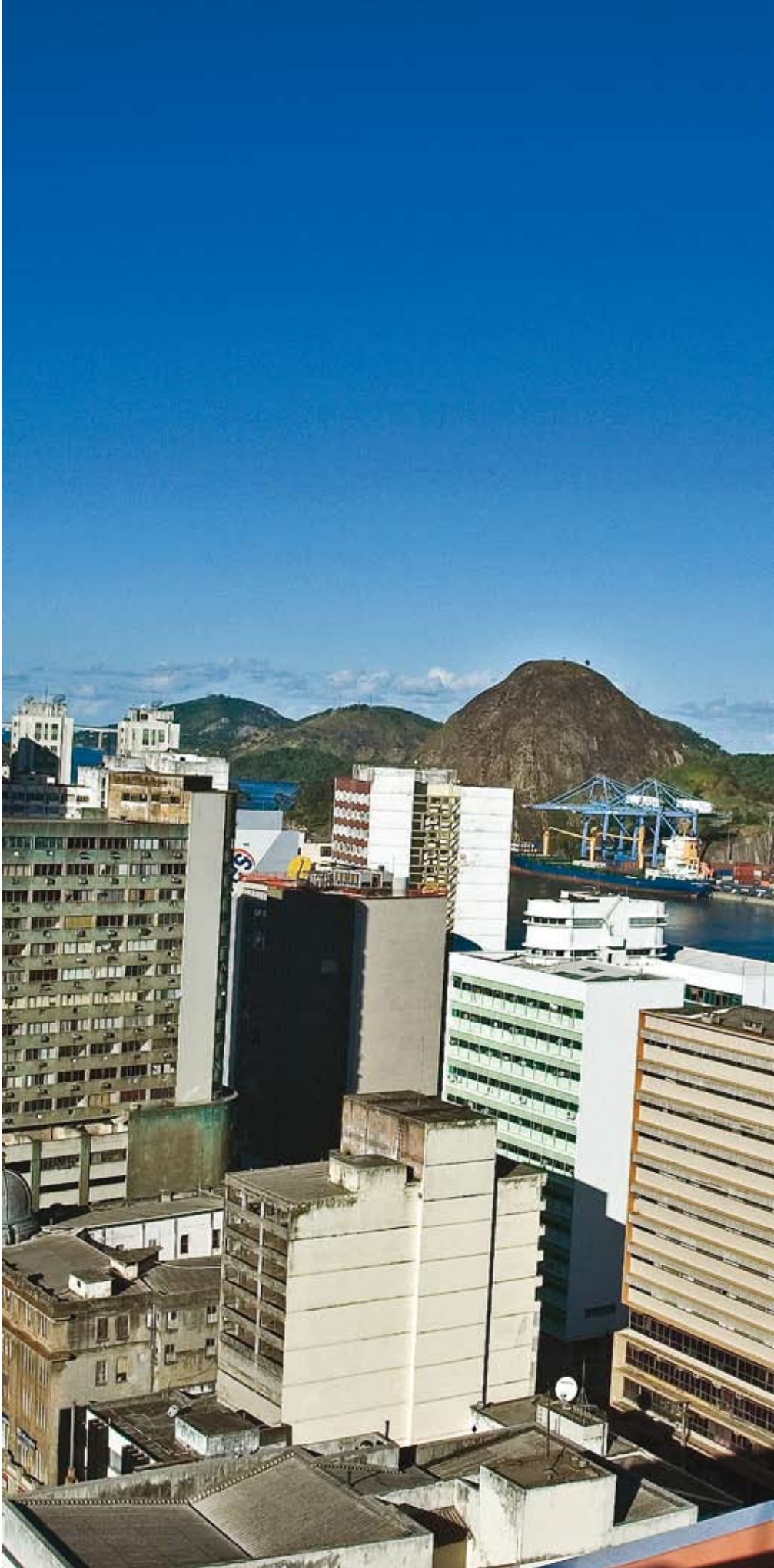
(Fonte: Ministério das Cidades)

"Recentemente, tive a oportunidade de realizar um estudo abrangente da história dos planos diretores capixabas. As primeiras ações datam de 1973, ainda na época do Serviço Federal de Habitação, Arquitetura e Urbanismo (Serfhau), com as iniciativas para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim e, depois, Vitória e Guarapari. Mas, do modo como conhecemos atualmente, o correto seria afirmar que o ano de início das experiências capixabas é 1979, com os estudos básicos do 1º Plano Diretor de Vitória, que foram transformados em lei no ano de 1984. Na década de 1990, houve a revisão do Plano de Vitória, em 1994, e a elaboração dos planos de Vila Velha e de Serra, nos anos de 1992 e 1998, respectivamente. Todos eles antecipando, muito claramente, o que viria a se transformar em lei federal, no Estatuto das Cidades, em 2001. Então, nos anos 1990, o Estado do Espírito Santo estava com o seu corpo técnico e algumas cidades com certo nível de experiência na elaboração e implementação de planos diretores. Estávamos perfeitamente antenados com o movimento de reforma urbana, com a tramitação do projeto de lei do Estatuto das Cidades no Congresso. Isto é um sintoma claro de que a nossa experiência nos coloca numa condição muito privilegiada em termos de Brasil. A situação do Espírito Santo - no tocante à gestão democrática da cidade e a implementação do instrumento de gestão urbana consolidado no Plano Diretor - é uma situação muito favorável, por dois motivos: primeiro porque aqui os instrumentos têm uma história de aperfeiçoamento e de implementação contínua e, segundo, porque nossos problemas não têm, nem de longe, a magnitude de alguns grandes centros brasileiros. A combinação destas duas condições é muito favorável para continuarmos no caminho que vem sendo trilhado. É importante assinalar que nós não estamos em nenhum 'mar de rosas'. A experiência mais durável, mais longa, é a de Vitória (desde 1984). Mesmo assim, podemos dizer que estamos apenas iniciando o que pode vir a ser um processo pleno de gestão democrática, participativa e de implementação do conhecimento técnico em planejamento urbano, na prática. Creio que o trabalho da Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos é uma boa oportunidade para avançarmos. Repito: nossa condição é muito favorável, em nível nacional. Estamos melhor do que muitos, inclusive cidades maiores, com muito mais recursos e corpo técnico, mas ainda existe muito a ser feito. Temos um longo caminho a percorrer".

Marco Antonio Cypreste Romanelli
Arquiteto e Urbanista, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Espírito Santo (IAB-ES)

"Integrei uma equipe que visitou várias localidades, para alertar a população sobre a importância de todos participarem da elaboração do Plano Diretor do município onde moram. Acredito que uma iniciativa importante foi a criação do Ministério das Cidades. Foi um avanço. Como integrante do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), tenho tido a oportunidade de acompanhar os avanços que têm acontecido neste país. O ConCidades realiza reuniões trimestrais, em Brasília (DF), e nos inteiramos das experiências que acontecem do Oiapoque ao Chuí, no que se refere a planos diretores. O Ministério das Cidades abrange as questões da Secretaria Nacional de Programas Urbanos; Transporte e Mobilidade Urbana; Saneamento Ambiental; e Habitação.
Em todas essas secretarias, existe um trabalho muito forte e que se espalha por todo o país. Nessas instâncias, estão representados todos os segmentos da sociedade: dos poderes públicos federal, estadual e municipal; dos trabalhadores; das entidades de movimentos populares; representantes do setor empresarial, entre outros. Acredito que a Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos vai poder nos dar um diagnóstico de como anda esse trabalho que lá atrás nós fomos buscar e divulgar, para que os municípios pudessem fazer. Percorremos vários municípios, na tentativa de sensibilizar os prefeitos e os gestores, para que pudessem entender a necessidade da feitura de seus planos diretores. Apesar de o Espírito Santo só ter vaga para 14 municípios serem analisados, espero que esse apanhado sirva para sabermos a real situação dos planos diretores que foram feitos. O Estado está muito melhor do que muitos outros da Federação, mas isso não significa que podemos relaxar. Precisamos continuar na luta para que as nossas cidades sejam cada vez melhores. Para isso, o Plano Diretor é uma importante ferramenta".

Wanderley de Oliveira
Conselho Nacional das Cidades
(ConCidades)



Estimulando a **implementação** dos PDPs

Um dos antecedentes da criação da Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos PDPs foi uma reunião, em setembro de 2007, do Comitê Técnico Planejamento e Gestão do Solo Urbano do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), que apontou a diretriz: estimular e apoiar a implementação dos PDPs elaborados.

Wanderley de Oliveira

Criado em 2004, o ConCidades é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva que tem por finalidade viabilizar o debate em torno da política urbana de forma continuada, respeitando a autonomia e as especificidades dos segmentos que o compõem, como o setor produtivo; organizações sociais; ONGs; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; entidades sindicais; e órgãos governamentais.

Wanderley de Oliveira e Maria Clara da Silva Pereira são os dois representantes capixabas no ConCidades. Ele integra também o Movimento Nacional das Micro e Pequenas Empresas (Monampe) e ela coordena o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Ambos participam de reuniões no ConCidades onde são deliberadas as políticas executadas pelo Ministério das Cidades nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial.

"Acredito num esforço unificado entre os vários atores e pesquisadores, durante a avaliação do planejamento urbano dos municípios brasileiros. Os movimentos sociais têm papel fundamental neste processo e precisam acompanhar e participar da formalização das políticas habitacionais nos estados e municípios, para que as áreas de habitação sejam defendidas nos planos diretores dos municípios, de acordo com o Estatuto das Cidades. Os anseios da sociedade civil precisam ser respeitados pelo poder público", defende Maria Clara.

Maria Clara da Silva

"Existem vários processos e maneiras de contratação de um plano diretor. Um dos trabalhos fundamentais da Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos PDPs será a identificação do processo utilizado para a sua elaboração e, principalmente, até que ponto a comunidade foi chamada a se envolver. Quanto às dificuldades que encontraremos durante o processo de implementação, elas dependerão muito de como o plano foi construído, se houve abertura para a participação da comunidade e dos futuros técnicos que serão chamados a gerenciar esses planos. Em caso afirmativo, já teremos meio caminho andado, mas, se os planos tiverem sido desenvolvidos fora desse processo, teremos problemas e mais trabalho. Teremos de adaptar os planos e treinar pessoas. Mas, sem dúvida não será fácil. Acredito que no processo de avaliação já serão identificados os principais problemas de implementação. Já vi casos de planos lindos, maravilhosos, que prevêem tudo de bom para a cidade, mas que não são exeqüíveis. São planos que servirão apenas para ser apresentados em congressos, ser aplaudidos e se transformar em apenas papel colorido. A Ufes já participa ativamente para que a Rede tenha sucesso. Desde pequenas ações, como disponibilizar espaços onde a discussão possa ocorrer da forma mais democrática possível, até as mais importantes, como a contribuição de nossos recursos humanos. A Universidade vai entrar com uma capacidade crítica nesse processo de avaliação, além de poder oferecer parte da logística necessária. A academia é caracterizada por possibilitar uma visão isenta de qualquer pré-julgamento e por oferecer uma visão multidisciplinar. Caso apareça uma questão qualquer de uma determinada especificidade, teremos automaticamente como solicitar a elaboração de algum tipo de estudo sobre o assunto. Por exemplo, se a área estudada for um sítio arqueológico, ou apresentar uma complexidade de trânsito, teremos como pedir ajuda aos especialistas desses setores. O Departamento de Arquitetura se orgulha de desenvolver atividades enquanto elemento multiplicador, fazendo com que as idéias e as soluções boas, possíveis, e a identificação de problemas e dificuldades no âmbito da academia extrapolem os nossos muros e sejam efetivamente aplicados, para a melhoria das cidades, e na busca de justiça social".

Arquiteta Cristina Engel de Alvarez
Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Ufes

Casa dos Engenheiros Agrônomos faz 50 anos!

Nas duas últimas décadas, a SEEA previu e viu migrarem dos governos para a iniciativa privada os destinos da maior parte da categoria. Era mais uma fase no caminho da modernização do setor e seus reflexos sobre a vida dos profissionais

A Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos comemora 50 anos neste ano de 2008. A entidade representativa dos profissionais da Agronomia foi fundada em 23 de abril de 1958. Desde então, sempre esteve na vanguarda dos acontecimentos, engajando-se em movimentos regionais e nacionais na luta pelos temas de interesse do Engenheiro Agrônomo. A SEEA viveu todos os momentos que uma instituição político-profissional pode viver. Já caminhou com o Governo, em determinadas políticas públicas para o setor, mas também já se posicionou contra, quando o embate foi preciso.

Eng. Agrônomo Helder Carnielli

Prevaleceu, sempre, o interesse do profissional da Agronomia e o da sociedade em geral, na qual ele está inserido. A SEEA empreendeu muitas lutas e acompanhou de perto as mudanças de mercado, na área de atuação de seus profissionais. E nas duas últimas décadas previu e viu migrarem dos governos para a iniciativa privada os destinos da maior parte da categoria. Era mais uma fase no caminho da modernização do setor e seus reflexos sobre a vida dos profissionais da Engenharia Agronômica.

Um dos esforços que vêm sendo empreendidos neste ano do cinqüentenário é a campanha de filiação. Estima-se que mais de 2 mil profissionais atuem em todo o território estadual. Desses, pouco menos de mil fazem parte do quadro social da entidade. Vale ressaltar, sobretudo, a qualidade profissional dos associados, pois quase 40% deles possuem nível de pós-graduação com especialização e/ou mestrado e/ou doutorado, envolvendo todas as áreas da agricultura.

"Esta realidade faz do quadro da agronomia capixaba um dos melhores do país" – acentua, orgulhoso, o atual presidente da entidade, Hélder Carnielli. Ele acrescenta que os resultados obtidos pelo Espírito Santo no agronegócio, nacionalmente, se devem, em grande parte, à boa qualidade e aos esforços da categoria agronômica, e que nenhum governo ou empresário, bem-orientados, desprezariam este know-how profissional. Sobre a SEEA, Carnielli diz que a entidade também contribuiu para que tudo isto acontecesse. E acrescenta que ela chega aos 50 anos "antenada, moderna e mais engajada do que nunca".

A SEEA foi declarada Entidade de Utilidade Pública pela Lei Estadual nº 3.970, de 24 de novembro de 1987. Além disso, a Casa dos Engenheiros Agrônomos capixabas é filiada à Confederação das Federações das Associações de Engenheiros Agrônomos no Brasil (Confaeab. E ainda compõe o colegiado do Crea-ES, onde participa de vários conselhos de interesse da agricultura capixaba, tanto no campo tecnológico e científico como no do agronegócio.

Nos últimos seis anos, a SEEA organizou aproximadamente 100 cursos e outros eventos diversos. Boa parte na área de capacitação profissional, envolvendo cursos de reciclagem profissional e extensão curricular. Muitos desses eventos foram também de alto interesse para o agronegócio capixaba. Merece destaque o 25º CBA - Congresso Brasileiro de Agronomia, no período de 23 a 26 de outubro de 2007. Foi um dos grandes eventos realizados pela SEEA e contou com a participação da comunidade científica e profissional do país e até do exterior. Naquele período, o CBA fez do Espírito Santo o centro nacional das discussões técnico-científicas e sócio-econômicas na cadeia produtiva do agronegócio brasileiro.

Neste ano do cinqüentenário, dentre as muitas comemorações que estão sendo programadas, os dirigentes da categoria farão justas e merecidas homenagens aos referenciais da categoria e somarão esforços para atrair os mais jovens para sua Casa. "Juntos somos infinitamente mais" – ressalta a diretoria, que homenageará todos os ex-presidentes da SEEA na sessão solene a ser realizada pela Assembléia Legislativa em 10 de outubro próximo.

Ao lado, a relação dos ex-presidentes da SEEA e o período em que estiveram à frente da entidade: ▲

Mútua elege diretores em outubro

Os profissionais da área tecnológica irão às urnas mais uma vez este ano. Em outubro, serão eleitos os novos diretores administrativo e financeiro da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-ES (Mútua-ES). O processo eleitoral será descentralizado e acontecerá nos dias 14 e 29 de outubro.

A eleição para diretor financeiro da instituição ocorrerá no dia 14, durante Sessão Plenária do Crea-ES, e apenas os membros titulares do Conselho podem votar.

Já o processo para diretor administrativo prevê eleições diretas. No dia 29 de outubro, todos os mutualistas com mais de um ano de associação poderão votar, das 9 às 19 horas, em urna única, na sede do Crea-ES. O Téc. em Agrimensura Aloísio Carnielli, coordenador da Comissão Eleitoral Regional do Espírito Santo (CER-ES), explica que "é a primeira vez que a eleição acontece dessa forma. Antes era feita por indicação ou acontecia no Plenário do Crea-ES. Por isso, vamos trabalhar para que a eleição seja representativa, mesmo não sendo obrigatória".

Para cumprir as determinações legais, foi publicado pelo Confea, no Diário Oficial da União, no último dia 8 de julho, o edital de convocação eleitoral para Diretor-Administrativo da Caixa de Assistência de diversos Creas, incluindo o do Espírito Santo. "Estamos seguindo as orientações nacionais e, na nossa primeira reunião, definimos a publicação do edital", informa Carnielli.

Para outras informações sobre o processo eleitoral e candidaturas, consulte a Resolução nº 1022/2007, no site do Confea (www.confea.org.br) ou no da Mútua (www.mutua-es.com.br).

Presidente	Mandato
Rubens Landeiro	23/04/1958 a 04/09/1968
Ivan Belfort Shalders	04/09/1968 a17/10/1969
Euzebio Terra	17/10/1969 a 27/01/1972
Kleber Furtado de Mendonça	27/01/1972 a 17/12/1973
José Luiz Neves Sudré	17/12/1973 a 03/02/1976
José Oscar de Magalhaes	03/02/1976 a 09/05/1978
Francisco Alfredo L. Junger	09/05/1978 a 24/04/1980
Kleber Furtado de Mendonça	24/04/1980 a 23/04/1982
André Geraldo Altoé	23/04/1982a 23/04/1984
Jorge Luiz e Silva	23/04/1984 a 09/05/1986
Wenceslau Martins A. Filho	09/05/1986 a 06/05/1988
Renan Ferraz de Brito	06/05/1988 a 04/05/1990
Luiz Alberto Nunes	04/05/1990 a 28/05/1992
Humberto Nunes de Moraes	28/05/1992 a 12/05/1994
João Luiz Barone	12/05/1994 a 10/05/1996
João Luiz Barone	10/05/1996 (Faleceu)
Gilmar Gusmão Dadalto *	10/05/1997a 27/05/1998
Gilmar Gusmão Dadalto	27/05/1998 a 08/06/2000
Gilmar Gusmão Dadalto	08/06/2000 a 13/12/2002
Gilmar Gusmão Dadalto	13/12/2002 (Licenciou-se)
Helder Paulo Carnielli *	13/12/2002 a 04/2005
Helder Paulo Carnielli	18/04/2005 a 27/04/2007
Helder Paulo Carnielli	27/04/2007 a 31/04/2009

* vice presidente

Em 4 de junho, os profissionais da área tecnológica foram às urnas para eleger o diretor-geral da instituição

Sintec comemora 20 anos de importantes lutas e conquistas

Sindicato é visto pelos técnicos e pela sociedade como uma entidade madura, aberta ao diálogo e participante ativa na busca pelo desenvolvimento econômico e sustentável do Espírito Santo

O último dia 19 de agosto marcou os 20 anos da homologação da carta sindical do Sintec-ES, por parte do Ministério do Trabalho. A entidade comemorou a data com um jantar solene e vai realizar, no período de 7 a 10 de outubro, em Vitória, o III Seminário de Técnicos Industriais (Setec). *(veja matéria na página 29)*

O Sintec-ES lançou uma campanha institucional com a logomarca dos seus 20 anos, aplicada em botons, canetas, camisas e bolsas.

Essa trajetória de 20 anos, marcada por conquistas importantes para a categoria, faz com que o Sindicato seja visto pelos técnicos e pela sociedade como uma entidade madura, aberta ao diálogo e participante ativa na busca pelo desenvolvimento econômico e sustentável do Espírito Santo.

"Não abrimos mão da nossa luta, das nossas reivindicações, das nossas convicções. Para avançarmos em nossas conquistas, o diálogo é a principal ferramenta. Temos sempre de conseguir mostrar para as empresas e para os patrões a nossa capacidade de convencer e de ultrapassar barreiras", enfatiza o presidente do Sintec-ES, Téc. em Metalurgia Kepler Daniel S. Eduardo.

O presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, concorda com Kepler e acrescenta: "Num momento tão singular como este que o estado vive, quando conhece o terceiro ciclo virtuoso de sua economia, nossos técnicos estão sendo chamados a desempenhar papel de destaque. Trata-se do papel que lhes cabe por direito e destino. Aonde quer que o Espírito Santo chegue, por mais alto que seja o degrau, no ranking do desenvolvimento, lá estarão as digitais dos nossos técnicos industriais", acredita Fiorotti.

Participação - Outra marca do Sintec-ES é o seu poder de articulação. "Temos participado ativamente do Sistema Confea/Crea. Nossa atuação é de qualidade. O Técnico em Agrimensura Aloísio Carnielli, por exemplo, coordenou a Semana da Engenharia no Espírito Santo. No Crea-ES, temos representantes em todas as câmaras, grupos de trabalho e comissões, além do vice-presidente, Técnico em Mecânica Ronaldo Neves Cruz, que assumiu a presidência do Conselho por quase três meses, este ano. Nosso ex-presidente, Téc. Industrial em Metalurgia Miguel Antônio Madeira da Silva Araújo, é assessor de ações institucionais do Confea. Além disso, temos um diretor na Mútua, o Técnico em Eletrônica Edson Wilson", exemplifica o presidente Kepler.

Presidentes do **Sintec-ES**

Paulo Ronaldo Martins Rangel
julho/1988 a agosto/1989.
Paulo Ronaldo Martins Rangel
19/08/1989 a 19/11/1996.
Carlúcio Nunes Martins
20/11/1996 a 18/08/2001.
Miguel Antonio Madeira da Silva Araújo
19/08/2001 a 19/03/2004.
Kepler Daniel Sérgio Eduardo
20/03/2004 a 18/08/2007.
Reeleito para o segundo mandato, de 19/08/08 a 18/08/2010.

Seminário dos Técnicos Industriais reunirá **especialistas** em Vitória

"Os Profissionais da Área Tecnológica no Cenário de Desenvolvimento do Espírito Santo" é o tema central do III Seminário dos Técnicos Industriais, III Setec 2008, que acontecerá de 7 a 10 de outubro, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo, Cefetes, em Vitória.

Especialistas brasileiros participarão do evento, promovido pelo Sindicato dos Técnicos Industriais do Espírito Santo (Sintec-ES), com apoio do Crea-ES, para analisar o cenário atual de desenvolvimento sócio-econômico do Estado e para discutir o papel e a importância dos profissionais da área industrial.

Na terceira versão do Seminário, aberto para participação da sociedade, o Sintec-ES tem por objetivos incentivar os técnicos industriais a se capacitarem, adequadamente, para suprir a demanda do mercado e instigá-los a conduzir ações e sugestões de inovações necessárias para a evolução do Estado e que melhorem a qualidade de vida da população.

Participação - A Cooperativa dos Técnicos Industriais e Tecnólogos do Estado do Espírito Santo, Coopttec-ES, entidade organizadora do III Setec, programou para o evento uma mostra fotográfica, oito palestras, 13 minicursos, um prêmio destaque cuja missão é reconhecer todo o trabalho realizado na área tecnológica, elegendo as melhores empresas e os melhores profissionais do setor, e uma Feira de Tecnologia.

Para a Feira de Tecnologia, a Coopttec já está comercializando os estandes. A Feira é destinada às empresas da área tecnológica que desejam expor ou vender seus produtos e serviços. Os interessados em adquirir um espaço devem entrar em contato com Fernando Barbosa, pelos telefones: (27) 9831-7759 ou (27) 3338-6042, ou ainda pelo e-mail contato@seteces.com.br

As inscrições para o III Setec são gratuitas e podem ser feitas pelo site www.sinteces.com.br. Outras informações podem ser obtidas via e-mail: seteces@seteces.com.br.

Empresas interessadas em investir no Seminário devem procurar a coordenadora de Eventos Tecnológicos da Coopttec, Ana Paula Tongo, para efetivar o compromisso. Os contatos podem ser feitos pelos telefones (27) 3324-1486 ou (27) 9822-4620.

Seminário vai **fomentar** o empreendedorismo

O empreendedorismo será um tema muito discutido durante o III Setec, por ter relação com inovação tecnológica e profissionalização.

"Por isso, o foco das palestras do III Setec são pessoas e processos organizacionais que levarão à inovação e o impacto do empreendedorismo na estratégia e na cultura das organizações", informa a coordenadora de Eventos Tecnológicos da Coopttec, Ana Paula Tongo.

Ainda segundo Ana, os palestrantes convidados vão suprir as necessidades básicas de informações sobre o tema da classe estudantil, dos técnicos industriais e capixabas e da sociedade em geral, de forma didática e prática, desde o operacional ao mais elevado nível gerencial.

"Eles vão revelar o perfil do empreendedor na escola e na carreira, e contarão casos de sucesso e de dilemas empresariais do mundo corporativo", acrescenta a coordenadora.

"Na marcha incessante do progresso"

Desde a sua criação, em 1910, quando se chamava Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, o Cefetes sempre foi, e continua sendo, uma das mais importantes instituições de ensino da área tecnológica no Espírito Santo. Seu diretor-geral, o Téc. em Mecânica Jadir José Pela, conselheiro do Crea-ES, fala com propriedade, a seguir, sobre a importância do ensino público de qualidade; da contribuição dos técnicos industriais, tecnólogos e engenheiros no fortalecimento da economia capixaba; e da relação institucional entre o Crea e o Cefetes. O título desta entrevista é o primeiro verso do hino da instituição de ensino, de autoria de Maria Penedo e Jair Marinho.

Tópicos - É comum apontarem a falta de mão-de-obra como sendo um dos gargalos que impedem o crescimento de alguns arranjos produtivos locais. O senhor concorda? Como o Cefetes se insere neste contexto?

Jadir José Pela - Não concordo com expressões como 'apagão de mão-de-obra'. Empresários e responsáveis por grandes projetos precisam ficar atentos é com a importância do planejamento. Muitas vezes, falta planejamento, mas o Cefetes está sempre de portas abertas para solucionarmos, juntos, uma possível falta de mão-de-obra especializada. Os empresários precisam nos procurar com antecedência e dizer quantos profissionais serão necessários e a formação requisitada. O prazo seria de seis meses a dois anos, dependendo da

demanda. Temos vários exemplos de parceria em que a organização e o planejamento das empresas e do Cefetes rendem resultados satisfatórios. A Vale tem uma parceria com o Cefetes nos setores de logística e transporte, principalmente nas áreas de ferrovias e portos. A empresa apresenta suas demandas e investe no Cefetes, por acreditar na seriedade e na qualidade desta instituição de ensino. São criadas, assim, vagas públicas para capacitar e formar profissionais para atender ao crescimento do setor portuário e ferroviário. O que não pode acontecer é uma determinada empresa vir aqui e dizer que precisa de certa quantidade de profissionais para hoje. Não dá para retirar do freezer. No presente momento, ninguém pode falar que faltam investimentos do Governo Federal quanto a isso. Novas escolas são inauguradas, cursos são criados, verbas importantes são destinadas para o ensino, entre outras iniciativas.

O Cefetes é pioneiro na oferta de alguns cursos, como o de ferrovias, na unidade de Cariacica, e o de rochas ornamentais, em Cachoeiro de Itapemirim. O senhor poderia resgatar parte da trajetória da instituição e explicar como se dá a criação de novos cursos?

Começamos a funcionar no dia 24 de fevereiro de 1910, num prédio localizado no Parque Moscoso, em Vitória. Iniciamos com 28 alunos, com idade média de 12 anos, em uma instituição que destinada a meninos em situação de risco social, basicamente. Passamos por vários momentos, várias fases, mas sempre buscando construir uma instituição atualizada com o seu momento. Em 1942, já estávamos instalados no prédio da Avenida Vitória. Agora, um projeto tramitando no Congresso prevê a transformação do Cefetes em Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia. Até 1999, ofertávamos apenas o ensino técnico; com a mudança para Instituto, serão integradas todas as unidades do Cefetes e mais três agrotécnicas federais - Alegre, Santa Tereza e Colatina. Vamos nos unir em autarquias diferentes e nos transformar em uma instituição única de graduação profissional, o que permitirá um avanço considerável no que se refere a ensino, pesquisa e extensão. Nosso ensino, já como Instituto, contará com 50% das vagas para cursos técnicos, 20% para formação de professores e os outros 30% para cursos superiores, mestrados e, num futuro, doutorados. Temos autonomia para oferecer qualquer curso, dentro das 21 áreas apresentadas como sendo de educação profissional, sejam do setor agrícola, industrial ou de saúde entre outros. A demanda local é o que mais levamos em consideração, como no caso da unidade de Cachoeiro de Itapemirim, onde é ofertado o primeiro curso de rochas ornamentais, oficialmente registrado como sendo de mineração, e também um curso de eletromecânica com disciplinas voltadas para a área de rochas, igualmente inédito no Espírito Santo. Temos uma tradição na área industrial, mas em Vila Velha, por exemplo, há uma perspectiva de ofertarmos um curso de gastronomia. Temos de pensar que a educação profissional está ligada à questão do desenvolvimento local e regional.

A ampliação dos cursos a distância também está prevista?

O Cefetes tem 26 pólos de ensino a distância, num total de seis modalidades oferecidas. Foi realizado também um convênio com o Crea-ES, para que a unidade da Serra amplie sua estrutura para cursos a distância. Então, o Cefetes se renova e amplia seus horizontes. Não só para formação básica, mas também na formação de ensino superior, tecnólogo, licenciatura e, recentemente, conseguimos um curso de mestrado em Metalurgia e Materiais, com seleção marcada para novembro próximo e atividades, na unidade de Vitória, a partir de março de 2009.

> *Nosso ensino, já como Instituto, contará com 50% das vagas para cursos técnicos, 20% para formação de professores e os outros 30% para cursos superiores, mestrados e, num futuro, doutorados*

Os profissionais da área tecnológica são cada vez mais requisitados a pensar práticas sustentáveis e soluções para diminuir o impacto que as atividades industriais causam ao meio ambiente. Como deve ser a formação desse profissional?

Temos uma preocupação de formar o cidadão, educar para a vida, e isso é mais que ser técnico, engenheiro, tecnólogo, professor. O ensino que oferecemos aqui é para

ser uma marca na vida do indivíduo. O teatro, a música e o esporte contribuem para essa formação, que vai além de apertar parafusos. A dedicação que os servidores e estudantes têm por esta instituição forma um conjunto bastante harmonioso. As possibilidades para o desenvolvimento desse cidadão surgem a partir de uma boa biblioteca, estrutura para a prática esportiva e musical, a miniempresa, visitas técnicas e encontros. Os alunos que saem daqui carregam isso para sempre. É comum recebermos depoimentos como 'esse indivíduo tem um comportamento de quem já foi aluno do Cefetes ou da antiga Escola Técnica'. Então, é uma marca.

E em relação aos investimentos públicos do Governo Federal, o senhor percebeu avanços significativos nos últimos anos?

No nosso plano estratégico de 1999, então no Governo anterior, nós fizemos uma previsão de que deveríamos crescer no interior do Espírito Santo, mas não sabíamos como. Já tínhamos colocado algumas idéias em prática, como a abertura de turmas para formação de técnicos em mecânica e eletrotécnica em Linhares, Aracruz e São Mateus. Professores iam para esses municípios, em alguns dias da semana, e os alunos também se deslocavam para ter acesso aos laboratórios. E temos histórias lindas desses alunos que estudavam segunda, terça, quarta e quinta, não tinham aula na sexta porque aos sábados pegavam o ônibus às 8 da manhã para ter aulas de laboratório aqui no Cefetes de Vitória. Concordamos com o Governo Federal, com a proposta do presidente Lula em criar o chamado Plano de Expansão da Educação Profissional. Existe o Plano de Expansão I, que engloba as unidades de Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica e São Mateus. Depois, veio o Plano de Expansão II; somando os dois planos, são 214 novas instituições de educação profissional, no Brasil, e, além das três unidades que citei, teremos as de Nova Venécia, Linhares, Aracruz, Ibatiba, Vila Velha, Venda Nova do Imigrante e Guarapari. E estamos trabalhando para que além dessas, também tenhamos a escola de pesca de Piúma e uma escola híbrida, em Santa Maria de Jetibá, que oferecerá cursos nas áreas agrícola e de serviços. Trata-se de um campus do futuro Instituto Federal de Educação cujo nome vai ser Centro Serrano. E mais as três agrotécnicas federais que também têm um investimento bastante interessante. Então, a proposta desse crescimento é fundamental, porque acaba com aquela idéia de que o jovem, para ser capacitado, tem de sair do interior e vir para a cidade. O objetivo é montar uma escola em que o jovem do interior tenha condições de estudar; não só de fazer o curso técnico, mas também a possibilidade de crescer profissionalmente, se manter no seu local, perto da sua família. Estudantes com menor poder aquisitivo têm dificuldades para morar e estudar fora de suas cidades. Essas unidades, obviamente, não serão do mesmo tamanho da unidade de Vitória, mas serão atendidos pelo menos 1,2 mil alunos, divididos nas formações técnico, tecnólogo e licenciatura.

> *O ensino que oferecemos aqui é para ser uma marca na vida do indivíduo. O teatro, a música e o esporte contribuem para essa formação, que vai além de apertar parafusos*

O senhor citou o projeto de educação a distância, em parceria com o Crea. Que outros bons frutos a parceria Crea-Cefetes pode render?

Muitos servidores, professores e diretores do Cefetes participam ativamente das atividades do Crea. Isso é muito interessante. Se resgatarmos a história recente do Crea, eu desconheço um período em que a nossa relação institucional tenha tido resultados tão satisfatórios como agora. Se houve, foram iniciativas pontuais. Essa aproximação, creio, é resultado de uma busca e parceria perseguida por ambas as instituições. A gestão Luis Fiorotti percebeu que seria importante ter o Cefetes como aliado e parceiro nos projetos, cursos técnicos e tecnólogos. O Crea está aberto ao diálogo, sempre, não apenas porque nossos professores estão participando mais efetivamente do Conselho e sim porque existem canais de conversa. Além do projeto de educação a distância, merecem destaque também as iniciativas de valorização dos tecnólogos, que tem como ações práticas o apoio que o Conselho deu à criação da Associação de Tecnólogos do Espírito Santo (Atecnólogos). É um trabalho institucional, pois os tecnólogos serão cada vez mais valorizados, e isso é algo que construímos juntos. Fazemos questão de estar presente em todo evento realizado pelo Crea, aberto à participação de nossos alunos. Há respeito mútuo e há uma

integração que gera resultados positivos, tanto para os profissionais quanto para os alunos em processo de formação.

A partir do contato do senhor com os profissionais e estudantes da área tecnológica, quais são as expectativas desses grupos em relação ao Crea?

A questão da atualização profissional é fundamental, é o que eles apontam como sendo uma das principais iniciativas do Crea. Não existe mais 'estou formado, terminei o meu curso, agora vou apenas trabalhar'. O que existe é 'sou técnico e preciso estar sempre atualizado'. Se você é técnico, tecnólogo, engenheiro, qualquer formação, é preciso estudar sempre. O Cefetes é parceiro do Crea e, sempre que possível, colaboramos em parte das ações do Conselho. Não só atualização na área tecnológica, mas em outras áreas que as pessoas identificarem como importantes para sua vida profissional. Outra iniciativa é a luta pela valorização profissional desenvolvida pelo Crea. Apesar de ser uma atribuição dos sindicatos, o Crea é uma instituição importante para que a Lei do Salário Mínimo Profissional seja respeitada.

Denominações **anteriores** do Cefetes

1909 - Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo
1937 - Liceu Industrial de Vitória
1942 - Escola Técnica de Vitória
1965 - Escola Técnica Federal do Espírito Santo
1999 - Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - Cefetes

(Fonte: www.cefetes.br)

Reunião da **CCEEST** no RS é sucesso

Manual permitirá que, a exemplo das demais modalidades da engenharia, a fiscalização e a orientação sejam também efetivadas e padronizadas nesse segmento da engenharia, propiciando mudanças de atitudes

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea-RS) sediou a segunda reunião ordinária das Coordenadorias das Câmaras Especializadas em Engenharia de Segurança do Trabalho - CCEEST, realizada no período de 7 a 9 de maio último. A reunião foi conduzida pelo conselheiro do Crea-ES e coordenador nacional da CCEEST, Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Eliezer Cristino de Oliveira.

"Uma grata surpresa foi a participação efetiva de 14 representantes de plenários enviados pelos Creas regionais, que tiveram direito a voz e voto, apesar de apenas três Creas (ES, RJ e SP) possuírem Câmaras Especializadas de Engenharia de Segurança do Trabalho instaladas", comemora Cristino.

Entre os pontos de pauta, a discussão e elaboração de estratégias que permitam a instalação de Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho nos demais Creas do país. Outro destaque, apontado por Cristino, foi a discussão e a aprovação de proposta de criação de um manual de fiscalização para a área de Engenharia de Segurança do Trabalho, visando à uniformizar a fiscalização realizada pelos regionais.

O coordenador nacional da CCEEST e conselheiro do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Eliezer Cristino de Oliveira (2º da esq. para a dir.), na abertura da reunião

"A próxima etapa é a apreciação e a aprovação da proposta no Plenário do Confea. A premissa básica da Engenharia de Segurança do Trabalho é a preservação da saúde e da integridade física do trabalhador. Este manual permitirá que a exemplo das demais modalidades da engenharia, a fiscalização e a orientação sejam também efetivadas e padronizadas neste segmento da engenharia, já comprometida com segurança, meio ambiente e responsabilidade social, e, ainda, contribuirá para uma mudança de comportamento, tanto dos empresários quanto dos próprios trabalhadores", acredita o coordenador nacional.

Outras questões também debatidas no evento foram a revisão dos projetos de lei que envolvem a área e a deliberação sobre a atualização no currículo dos cursos de especialização. Um novo encontro está programado para os dias 8, 9 e 10 de outubro, em Florianópolis (SC).

Apoio e participação - Os Creas do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe, Minas Gerais, Piauí, Maranhão, Santa Catarina, Paraná, Alagoas, Pernambuco, Pará e Goiás enviaram representantes para a reunião da CCEEST.

A ANP É AQUELE JUIZ QUE TORCE DE CORAÇÃO PELO BRASIL. E, AO MESMO TEMPO, GARANTE REGRAS CLARAS E UM JOGO LIMPO.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) defende os interesses nacionais. Um desses interesses é a regulação das indústrias do petróleo, gás natural e dos biocombustíveis, um setor-chave para o crescimento do Brasil. Garantindo o cumprimento de regras claras e estáveis, a ANP ajuda a atrair investimentos que são essenciais para o país descobrir novas reservas e ampliar seu potencial energético. Com mais petróleo, mantemos a auto-suficiência. Com mais gás natural, reduzimos a nossa dependência externa. Com biocombustíveis, ampliamos nossas alternativas. E tudo isso com desenvolvimento econômico e social. Afinal, o crescimento do setor garante mais negócios para a indústria nacional, aumenta os royalties para a União, estados e municípios, estimula novas tecnologias, capacita recursos humanos e gera empregos.

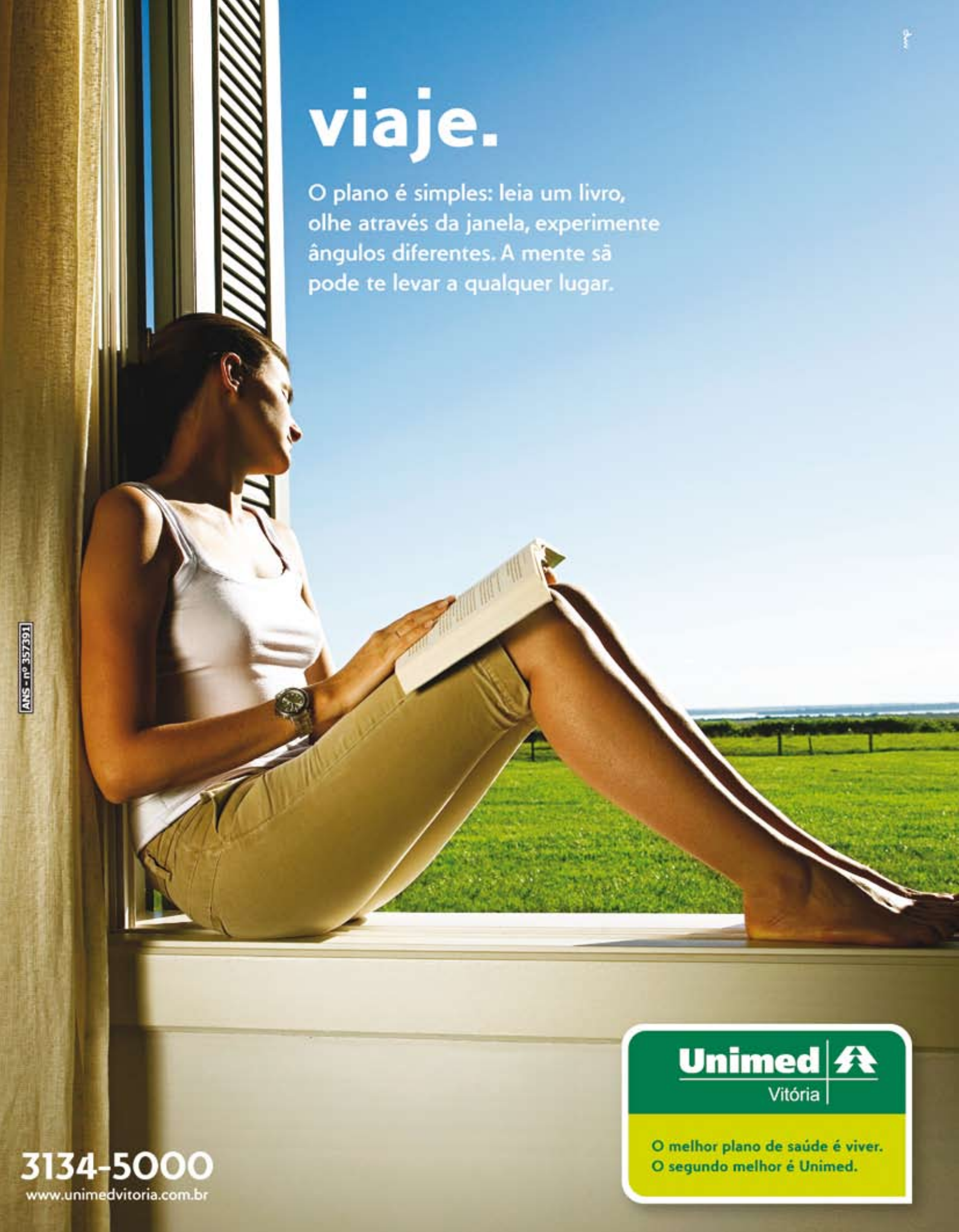
A ANP está em campo, trabalhando pelo Brasil.

1 anos

anp

Ministério de Minas e Energia

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL


viaje.
O plano é simples: leia um livro, olhe através da janela, experimente ângulos diferentes. A mente sã pode te levar a qualquer lugar.
ANS - nº 357391
Unimed
Vitória
O melhor plano de saúde é viver.
O segundo melhor é Unimed.
3134-5000
www.unimedvitoria.com.br